

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE

Centro Acadêmico do Agreste - CAA

Curso de Ciências Econômicas

**ANÁLISE DO AUMENTO DO CONSUMO E DAS CARACTERÍSTICAS
SOCIOECONÔMICAS NO BRASIL:** Uma perspectiva de redução da pobreza entre os
anos de 1995 a 2013

RENATA MAIARA OLIVEIRA SANTOS

CARUARU-PE

2015

RENATA MAIARA OLIVEIRA SANTOS

**ANÁLISE DO AUMENTO DO CONSUMO E DAS CARACTERÍSTICAS
SOCIOECONÔMICAS NO BRASIL:** Uma perspectiva de redução da pobreza entre os
anos de 1995 a 2013

Monografia apresentada por Renata Maiara Oliveira Santos como requisito parcial para a conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Lucilena Castanheira.

CARUARU-PE
2015

Catálogo na fonte:
Bibliotecária - Simone Xavier CRB/4-1242

S237a Santos, Renata Maiara Oliveira.
Análise do aumento do consumo e das características socioeconômicas no Brasil: uma perspectiva de redução da pobreza entre os anos de 1995 a 2013. / Renata Maiara Oliveira Santos. - Caruaru: O Autor, 2015.
62f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Economia, 2015.
Inclui referências bibliográficas

1. Pobreza. 2. Consumo. 3. Classe média. 4. Endividamento. 5. Inadimplência (Finanças). I. Corrêa, Lucilena Ferraz Castanheira. (Orientadora). II. Título

330 CDD (23. ed.) UFPE (CAA 2015-165)

RENATA MAIARA OLIVEIRA SANTOS

**ANÁLISE DO AUMENTO DO CONSUMO E DAS CARACTERÍSTICAS
SOCIOECONÔMICAS NO BRASIL:** Uma perspectiva de redução da pobreza entre os
anos de 1995 a 2013

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa
Orientadora

Prof. Msc. José Valdecy Guimarães Júnior
Examinador

Prof. Msc. Márcio Miceli Maciel de Sousa
Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por sempre estar junto a mim e não ter me deixado desistir em nenhum momento.

Aos meus pais Janete e Rubem, também aos meus irmãos Ravel e Gabriel que compreendem a minha estrutura, meu muito obrigado.

Ao meu noivo Ricardo, agradeço por todo amor e companheirismo que tem sido fundamental em minha vida.

À minha querida Orientadora Prof^a. Dra. Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa, que me guiou em todos os momentos difíceis, com muita generosidade e sabedoria.

Meus sinceros agradecimentos também aos meus eternos amigos: Alan Umburana, Elizânia Azevedo, Iane Joyce, Keyla, Rayara de Souza e Tiago Luiz, sou grata por ter os conhecido e poder desfrutar dos melhores anos de minha vida junto a eles.

À minha avó Maria José de Oliveira (*in memorian*) e minha tia Yara de Oliveira (*in memorian*), obrigada pelo exemplo lindo de seres humanos que me deixaram como legado.

RESUMO

As transferências diretas de renda e principalmente os incentivos ao crédito destinado a população de baixa renda durante o período de 1995 a 2013, se justificou como forte ferramenta para reduzir as privações econômicas e sociais. Diante deste cenário, uma Nova Classe Média surgiu basicamente composta por novos hábitos de consumo pela população de baixa renda. Com isso, optou-se por desempenhar uma investigação a respeito da redução da pobreza sob a ótica do consumo, inadimplência e fatores socioeconômicos utilizando-se de algumas obras da literatura nacional, além de microdados obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Como resultado principal, foi possível observar a evolução do consumo na Classe Média, porém, acompanhada de dívidas e inadimplência e, como consequência, verificou-se também precárias condições socioeconômicas, o que não justifica a ascensão da base da pirâmide social.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza. Consumo. Nova Classe Média. Endividamento. Inadimplência.

ABSTRACT

Direct cash transfers and especially incentives to credit for the low-income population during the period 1995 to 2013 was justified as a strong tool to reduce the economic and social deprivation. In this scenario, a new middle class has emerged primarily composed of new consumption habits among low income population. As a result, it was decided to perform an investigation into the reduction of poverty from the perspective of consumption, default and socioeconomic factors using of some works of national literature, as well as microdata obtained from the the Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). The main result was possible to observe the evolution of the consumption in the middle class, however, accompanied by debt and default and as a result, there was and also precarious socioeconomic conditions, which does not justify the rise of the base of the social pyramid.

KEYWORDS: Poverty. Consumption. New Middle Class. Debt. Default.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 13 |
| 1.2 Objetivo Geral | 17 |
| 1.3 Objetivos Específicos | 17 |
| 1.4 Estrutura do Trabalho | 18 |
| | |
| 2 ABORDAGENS SOBRE OS TIPOS DE POBREZA | 19 |
| 2.1 Pobreza sob a ótica Monetária | 21 |
| 2.2 Pobreza Multidimensional | 24 |
| 2.3 Pobreza via Consumo | 25 |
| | |
| 3 A REDUÇÃO DA POBREZA SOB A ÓTICA DO AUMENTO DO CONSUMO | 29 |
| 3.1 Políticas de Acesso ao Crédito | 31 |
| 3.2 Abordagens sobre a Nova Classe Média | 33 |
| 3.3 Consumo por Bens Duráveis | 38 |
| 3.4 Consumo por Bens de Longo Prazo | 40 |
| 3.5 A Inadimplência como Consequência do Aumento do Consumo das Famílias | 43 |
| | |
| 4 COMPORTAMENTO DO CONSUMO FRENTE ÀS VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS DA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA | 46 |
| 4.1 Metodologia | 46 |
| 4.2 Análise dos resultados | 46 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 55 |
| REFERÊNCIAS | 57 |

LISTA DE SIGLAS

ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa
ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
BACEN – Banco Central do Brasil
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPS – Centro de Políticas Sociais
CLT – Consolidação de Leis Trabalhistas
CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos
FECOMÉRCIOSP – Federação do Comércio do Estado de São Paulo
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV – Fundação Getúlio Vargas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOP – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
MCMV – Minha Casa Minha Vida
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
OMS – Organização Mundial da Saúde
PCPP – Programa de Crédito Produtivo Popular
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
Plano CDE – Pesquisa inovação e consultoria em negócios de impacto para classes C, D e E
PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SERASA EXPERIAN – Centralizadora dos Serviços dos Bancos SA
TAC – Taxa de Abertura de Crédito

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 2.1 - Brasil: Linhas de Extrema Pobreza e Pobreza por Regiões Federativas (1995 a 2013) em reais | 23 |
| Tabela 3.1 - Divisão das Classes Econômicas | 34 |
| Tabela 3.2 - Classificação dos estratos econômicos no Brasil e Macro Regiões – 2014 | 35 |
| Tabela 3.3 - Modalidades financeiras mais utilizadas pela população de baixa renda | 36 |
| Tabela 3.4 - Brasil: Evolução da Carteira de Crédito à Pessoa Física 2004-2013(R\$ bilhões) | 37 |
| Tabela 3.5 - Taxa de Inadimplência no Brasil – 2014 (%) | 45 |
| Tabela 4.1 - Dados socioeconômicos relativo às características dos Chefes de domicílio da Classe média brasileira (1995 a 2013) | 47 |
| Tabela 4.2 - Características do mercado de trabalho na Classe Média - Brasil (1995 a 2013) | 49 |
| Tabela 4.3 - Condições de moradia dos indivíduos da Classe Média no Brasil (1995 a 2013) | 51 |
| Tabela 4.4 - Consumo das famílias por bens duráveis na Classe Média Brasil (1995 a 2013) | 52 |

ÍNDICE DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 3.1 - Evolução da Concentração de Renda no Brasil - Coeficiente de Gini - 1995-2013 | 29 |
| Gráfico 3.2 - Famílias Beneficiadas pelo Programa Bolsa Família – Unidade | 32 |
| Gráfico 3.3 - Consumo por Bens Duráveis–1995-2013 – % | 39 |
| Gráfico 3.4 - Licenciamentos Nacionais e Importados de Carros no Brasil – 1995-2013 (unidades) | 40 |
| Gráfico 3.5 - Vendas de Imóveis no Brasil – 1995-2013 (unidades) | 41 |
| Gráfico 3.6 - Evolução da taxa média de juros % a.a – 2000-2013 – Pessoa Física | 43 |
| Gráfico 3.7 - Brasil: Inadimplência do consumidor – 1999-2013 | 44 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Evolução das Classes Econômicas_ em milhões de pessoas – 1993-2014 | 35 |
| Figura 2 - Comprometimento da renda segundo classe social no Brasil | 53 |

1 INTRODUÇÃO

Entre os anos de 1995 a 2013, políticas públicas foram implementadas pelos Governos em prol de reduzir a pobreza no Brasil, evidenciando as transferências diretas de renda e os incentivos constantes ao consumo destinados a população de baixa renda via modalidades de crédito.

Neste sentido, o consumo de bens e serviços vem sendo tratado como um fator “chave” de escolha para explicar as diversas faces e características do ser humano, que age horas com a razão e outras por impulso.

Diante desta perspectiva, “embora a renda se configure como elemento essencial para a identificação da pobreza, o acesso a bens, recursos e serviços sociais, ao lado de outros meios complementares de sobrevivência, precisa ser considerado para definir situações de pobreza.” (YASBECK, 2012, p. 292)

Segundo Rocha (2006), este fenômeno – pobreza – é de caráter complexo, pois, é preciso compreender as reais necessidades dos indivíduos para que assim seja possível adotar medidas sociais adequadas. Entretanto, o que se observa ao longo dos anos é uma sequência de políticas públicas em prol da financeirização da pobreza através da intensificação do consumo.

As políticas que incentivam ao consumo para os indivíduos de baixa renda são advindas desde o Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) que após a estabilização da moeda e controle da inflação estimulou o consumo através de facilidades no acesso ao crédito, seguido pelo Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010) com a intensificação das transferências diretas de renda, e por último, no Governo da atual presidente Dilma V. Rousseff houve a continuidade das políticas adotadas pelo Governo anterior. Conforme Souza (2004), tais políticas¹ vieram acompanhadas por mudanças no padrão de consumo da população brasileira, assim como, ocupando o lugar de perspectivas de emprego formal e renda aos indivíduos.

Desta forma, mesmo com a evolução dos Programas Sociais aplicados pelo Governo Federal e as atuais políticas de incentivo ao crédito, adotadas com o evidente intuito de maquiagem as disparidades socioeconômicas do país, via mudança na base de consumo da sociedade, a pobreza ainda persiste no Brasil.

¹ Segundo Decreto nº 3.877 de 24 de julho de 2001¹ que instituiu o cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal, posteriormente revogado pelo Decreto nº 6.135, de 2007, assim como, a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004¹ onde cria o Programa Bolsa Família.

A mudança nas práticas de consumo dos indivíduos de baixa renda, como por exemplo, a facilidade de comprar a prazo por meio das mais diversas modalidades de crédito, se alastra pela população demandante de bens e serviços, cujas necessidades, se tornam incessantes.

Diante deste cenário, uma Nova Classe Média começa a ganhar espaço na sociedade brasileira, formada basicamente pela base da pirâmide (classes D e E), onde o consumo passa a ter um papel fundamental para este grupo de pessoas menos favorecidas, pois, conforme defendido por Yaccoub (2011) é através da aquisição de bens duráveis que estes indivíduos se sentem incluídos na sociedade, conquistando, por vezes, *status*.

Corroborando com este pensamento, (Ferreira 2012, p. 4) conclui que:

O consumo excessivo das classes de baixa renda deve ser encarado como algo leve, simples e essencial para alcançar a felicidade material, supondo esse ser o lado positivo pregado pelo capitalismo e seu modelo neoliberal² ou pesado no sentido de que comprime o orçamento, a renda, o bem-estar das pessoas e, conseqüentemente, contribui para manter a desigualdade.

Nos últimos anos, tem-se observado como debate na literatura nacional a chamada “Nova Classe Média”, onde a mesma centra sua análise no crescimento de poder econômico por parte das famílias brasileiras de baixa e média renda, podendo verificar claramente uma forte trajetória de crescimento deste novo estrato econômico, principalmente após os anos de 2004 (SILVA, 2013).

Sciré (2009) defende que a mudança de comportamento no consumo das famílias situadas na faixa mais baixa da pirâmide social da população brasileira, está baseada no acréscimo ilusório da renda por meio de fatores que envolvem a financeirização da pobreza. Neste sentido, as relações entre consumo, poupança e crédito não são mais as mesmas e nem envolvem os mesmos processos³.

Neri (2008) mostra a existência de duas perspectivas de se definir a Nova Classe Média: a primeira está ligada as atitudes e expectativas das pessoas e a segunda pelo potencial de consumo. Por esta razão, de acordo com Silva (2013), o Brasil se tornou um país com predominância na classe média “C”, ou seja, revelou-se um país cada vez mais apoiado em políticas de incentivo ao consumo.

²Forma moderna do liberalismo que permite uma intervenção limitada do Estado. Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/neoliberalismo>>. Acesso em: 15 de set de 2014.

³ Processos nos quais relacionava a periferia anos atrás, em que, a obtenção dos bens fora da esfera do que se constituía essencial, deveria ser planejada e então obedecer a uma hierarquia de prioridades.

Com o intuito de colaborar com a problemática, Sciré (2009), conclui que:

[...] a proliferação dos cartões e a expansão exponencial da utilização do crédito como meio de pagamento qualificam o consumo popular, inserindo o que se pode chamar de financeirização nas dinâmicas cotidianas de quem convive com poucos recursos mensais (*ibidem*, p.70).

Diante dessas características que compõe o comportamento de consumo no Brasil a partir do ano de 2004, existe um forte debate na literatura nacional, onde se argumenta que a pobreza não pode ser vista somente sob a ótica do poder de consumo. Pois, esse fenômeno de exclusão socioeconômico é altamente complexo e possui características multidimensionais.

Faz-se necessário analisar a pobreza sob a ótica das mais variadas necessidades de uma sociedade, tais como: educação, saúde e infra-estrutura, indo além do consumo de bens duráveis como eletrodomésticos, eletrônicos, entre outros (CORRÊA, 2013).

A grande problemática está em analisar se houve melhora na qualidade de vida dos indivíduos situados nas faixas mais baixas de renda através do consumo. Esta colocação faz-se reproduzir uma realidade insatisfatória, já que o consumo está sendo atendido momentaneamente através de instrumentos de comprometimento da renda futura.

Fustaino (2009) defende que o consumidor de baixa renda ao ter seu rendimento aumentado via crédito, não consegue planejar seu orçamento, pois, contrai dívidas cada vez maiores sem ao menos conseguir liquidar as dívidas passadas. Desta forma, ocasiona em um comportamento que vem sendo visto principalmente pelos altos índices de inadimplência registrados atualmente na economia brasileira.

As pessoas tendem a desenvolver um sentimento de impotência quando não conseguem ver seu desejo de consumo satisfeito, seja com um bem ou serviço. Com isso, Ferreira (2012) manifesta que a forma de evitar a impotência do não poder consumir, foi encontrado pelo capital financeirizado, onde procura desenvolver importante papel nesse cenário, criando constantemente estímulos para a obtenção de crédito.

Não obstante, Fustaino (2009) profere que o consumo de crédito acaba representando para o indivíduo de baixa renda uma das únicas possibilidades para continuar consumindo, ainda que tenha que enfrentar as altas taxas de juros praticadas no mercado. Nesse sentido, o incremento da renda, ao invés de proporcionar um conforto maior no orçamento, acaba resultando no surgimento de dívidas decorrentes de um consumo desenfreado e às vezes supérfluo.

Diante deste cenário, é criado um ciclo vicioso, que tem como finalidade comprometer a renda dos indivíduos, transformando-os de forma ilusória em uma população com maior poder econômico, elevando-os a uma classe social que não condiz com a real situação econômica destes.

Sciré (2009), conclui que a chegada da financeirização alterou em grande medida o gerenciamento do orçamento doméstico e as formas de lidar com a renda, permitindo às famílias multiplicarem os recursos disponíveis.

Por esta razão, a aquisição de bens de consumo vai além da satisfação material, essa sensação de conforto é como um passaporte para a Classe Média, portanto, as pessoas migram de um grupo social, sejam elas, pertencentes às Classes D ou E, para um novo grupo econômico e simbolicamente dominante no mercado identificado pela sociedade como sendo a Classe C ou Classe Média Brasileira.

Contudo, a inadimplência que atinge a camada mais baixa da sociedade, segundo (Miotto, 2013) é proveniente basicamente da falta de autocontrole assim como do gerenciamento da renda, que nas camadas mais pobres afeta de forma destrutiva.

No intuito de estabelecer uma veracidade ao termo inadimplência no cotidiano das famílias, a Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FECOMÉRCIOSP), no ano de 2012⁴, retrata dois períodos: 2010 e 2011, onde mostra que há uma profunda transferência de recursos das famílias para pagamento de juros, no intuito de poderem obter seus empréstimos, assim como, o inegável aumento da inadimplência em ambos os períodos.

A preocupação com o aumento desenfreado no consumo, sem levar em consideração os juros propostos para as operações de crédito, defendido por Loureiro, Presidente da Serasa Experian em 16 de março de 2010⁵, é retratado da seguinte forma:

A cobrança de juros elevados é um repasse da expectativa de perda futura às novas transações, em que o bom pagador paga pelo mau, independentemente de sua reputação creditícia. Dessa forma, os juros funcionam como um seguro financeiro contra a inadimplência e, no final, quem paga essa conta são os bons pagadores, que acabam tendo acesso a um crédito cada vez mais caro.

Dando continuidade à problemática, são compreensíveis as necessidades e vontades dos indivíduos de baixa renda. Porém, políticas de incentivo ao consumo, como a redução do

⁴ FECOMÉRCIOSP. Radiografia do Endividamento das Famílias nas Capitais Brasileiras. Editora Fischer 2. São Paulo, 2012.

⁵ Disponível em: <<http://www.serasaconsumidor.com.br/o-risco-do-endividamento-do-brasileiro/>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2014.

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), assim como os empréstimos consignados, deixam os indivíduos de baixa renda cada dia mais propensos ao endividamento e inadimplência.

Conforme resultados da pesquisa de endividamento da Confederação Nacional do Comércio - CNC (2014), o cartão de crédito foi apontado como um dos principais meios para obtenção de dívidas, representado por 75,1% das famílias endividadas, seguido por carnês, com 17,3%, e financiamentos de carros, com 14,1%.

Não menos importante é a propensão ao endividamento dos jovens, que se deslumbram com tantas inovações conciliadas às facilidades de obtenção ofertadas pelo mercado, além da despreocupação com a poupança e aposentadoria.

Santos e Souza (2014), destacam dentre outros fatores, o materialismo, o consumo excessivo e o endividamento financeiro entre os jovens, considerando o materialismo como uma satisfação pessoal dada à aquisição de bens e dinheiro, o consumo excessivo ligado a compras frequentes e em excesso ou mesmo a distúrbios de transtorno obsessivo, e o endividamento entre os jovens como alvo fundamental e explicado pelos fatores antes citados.

Para Yaccoub (2011), camadas sociais são muito mais do que poder de compra via crédito, pois, apesar da alteração no modo de vida das famílias de baixa renda, pertencer a um estrato econômico é muito mais do que ter a posse de determinados bens.

1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a evolução do consumo e as características socioeconômicas das famílias situadas na Nova Classe Média, com o objetivo de verificar se o aumento do consumo veio acompanhado de melhorias nas condições socioeconômicas desses atores.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar a evolução do consumo dos indivíduos situados na classe C e o impacto desse comportamento sob a ótica da inadimplência;
- Investigar se esses indivíduos inseridos na Nova Classe Média através do aumento no consumo, também conseguiram apresentar melhorias nas suas condições socioeconômicas.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

Com o objetivo de explicar sobre as dimensões que impactam na pobreza, de forma específica o consumo e as condições socioeconômicas dos indivíduos de baixa renda, o estudo é descrito em quatro capítulos. No primeiro capítulo, denominado de Introdução, faz uso de uma abordagem levando para discussões mais aprofundadas nos capítulos seguintes de temas como: mudança no padrão de consumo da sociedade, diretamente relacionado com as políticas de facilidade ao crédito como forma de alavancar o consumo das famílias na economia brasileira, nível de inadimplência dessas famílias, condições de vida, etc. O segundo capítulo propõe conceituar a pobreza sob diversos aspectos, tais como: origem monetária, multidimensional ou via consumo das famílias. Diante desta perspectiva, serão classificados possíveis instrumentos sociais e econômicos que minimize a pobreza e desigualdades no Brasil. O terceiro capítulo mostra a trajetória do aumento do consumo das famílias de baixa renda através das políticas de incentivo ao crédito e transferências diretas de renda. Neste sentido, os novos hábitos de consumo provenientes destas políticas que facilitam o acesso aos bens e serviços pela base da pirâmide provocando a evolução da Nova Classe Média, bem como o endividamento e inadimplência dos indivíduos que também serão discutidos neste capítulo. O capítulo seguinte faz referência à Nova Classe Média, defendida por alguns autores partindo de microdados extraídos da Pesquisa Nacional por amostra de domicílios (PNAD). Será explanado a partir de estatísticas descritivas o consumo de bens materiais e as condições de vida dessas famílias, entre os anos de 1995 a 2013. Finalizando, serão confrontadas ideias apresentadas no decorrer do estudo, a fim de contribuir com a literatura e justificar a importância da discussão da problemática defendida.

2 ABORDAGENS SOBRE OS TIPOS DE POBREZA

A pobreza é um problema social que se estende desde a antiguidade e compreende inúmeras definições na vasta literatura nacional. Por esse motivo, conceituá-la não é algo simples. Assim, se faz necessário discorrer diferentes abordagens sobre a definição de pobreza, para que seja possível apontar instrumentos que venham a amenizar este estágio de privação social e econômico.

Na concepção dos autores Kageyama e Hoffmann (2006), o fenômeno da pobreza, está estruturado em pilares que possuem algum tipo de privação, tanto material como social. E que essas privações muitas vezes estão diretamente ligadas à insuficiência de recursos disponíveis de uma pessoa ou família.

Diante dessa perspectiva, o processo de exclusão e desigualdades existentes no Brasil intensifica a cada dia as razões pelas quais é possível afirmar pertencer ao quadro de pobreza.

Colaborando com esta análise, Yasbeck (2012), mostra que a pobreza se apresenta como um fenômeno amplo e característico, possuindo diversos fatores que a influenciam, tais como: renda, emprego, educação, saúde, transporte, habitação, etc.

Neste sentido, apesar da forte influência da renda sobre o poder de capacidades dos indivíduos, “quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria” (SEN, 2000, p. 113).

Sob essa ótica, a pobreza é muito mais do que a falta de recursos econômicos. Pois, faz parte desta compreensão múltiplos fatores, podendo ser de ordem econômica e/ou social.

A pobreza pode ser vista sob duas dimensões distintas, baseadas em teorias que asseguram na objetividade e subjetividade, podendo ser mensuradas de pobreza absoluta e relativa, respectivamente (DANTAS e TUNES, 2012).

Rocha (2006, p. 11) contribui com o assunto que segue ao explorar pobreza absoluta como um fenômeno “estritamente vinculado as questões de sobrevivência física.” Ou seja, a ausência das necessidades básicas no dia-a-dia dos indivíduos de baixa renda gerando “fome e desnutrição”.

Assim sendo, no que se refere à pobreza em seu aspecto absoluto, ter uma vida digna está relacionada basicamente à posse de alimentos necessários a subsistência, ou seja, a manutenção da vida, permanecendo a fragilidade dos indivíduos quanto a outros tipos de bens.

Wertheim e Noletto (2003, p. 11) acrescentam ao argumentar que:

A situação de vulnerabilidade social vivida por muitos é, antes de tudo, uma questão de violação de direitos humanos, a começar pelo mais básico deles: o direito à vida, direito primordial de qualquer ser humano – previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos – e o primeiro a ser comprometido em situações de pobreza e miséria.

Contudo, para que seja possível minimizar os impactos intensos da pobreza é necessário levar em consideração outras dimensões do problema, pois, além da privação de alimentos necessários a vida – caracterizando a pobreza absoluta –, a saúde e bem estar dos indivíduos também afetam no crescimento e desenvolvimento do país.

Azevedo e Burlandy (2010) corroboram ao discutir pobreza como um fenômeno que precisa levar em consideração as heterogeneidades sociais, regionais e culturais fortemente existentes no Brasil.

Neste sentido, a pobreza pode também ser analisada como um fenômeno relativo, retratando a privação de bens e serviços sujeitos a variações de acordo com o tempo, região geográfica, cultura e outros aspectos comuns e característicos de determinada sociedade.

Sen (2000, p. 111) acrescenta ao afirmar que:

A privação relativa de rendas pode resultar em privação absoluta de capacidades. Ser relativamente pobre em um país rico pode ser uma grande desvantagem em capacidade, mesmo quando a renda absoluta da pessoa é elevada pelos padrões mundiais. Em um país generalizadamente opulento⁶, é preciso mais renda para comprar mercadorias suficientes para realizar o mesmo funcionamento social.

Diante desta perspectiva, Kageyama e Hoffmann (2006), afirmam que além do componente absoluto – alimentação –, é necessário levar em conta os componentes relativos – bens não alimentares –, e que são indispensáveis para a realidade de uma determinada sociedade.

O termo relativo como um dos indicadores da pobreza está, portanto, sujeito a variações e intrinsecamente ligado a privações que segundo Pochmann (2011), acontece simultaneamente no meio rural, urbano, metropolitano e não metropolitano de diversas maneiras e demandando por políticas públicas também predicadas por diversos aspectos.

⁶ Que é muito rico; que possui muitas riquezas ou bens; abastado. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/opulento/>>. Acesso em: 27 de maio de 2015.

Neste sentido, a pobreza relativa de modo geral, está diretamente relacionada com a desigualdade, mostrando claramente que algumas pessoas possuem mais do que outras (WERTHEIN e NOLETO, 2003).

Furtado (2011) conclui que no caso do Brasil, a pobreza possui uma alta correlação com as desigualdades vivenciadas por uma parcela significativa da sua população.

Desta forma, será pontuada neste capítulo a pobreza sob a ótica dos seguintes aspectos:

- 1º. Pobreza no âmbito da renda, relacionado aos indivíduos em condição de extrema pobreza e pobreza no Brasil (pobreza sob a ótica monetária);
- 2º. Pobreza em sua magnitude, podendo se manifestar através de múltiplas dimensões sejam elas de origem social ou econômica (pobreza multidimensional);
- 3º. Pobreza via facilidades de acesso ao crédito e conseqüente consumismo das famílias de baixa renda (pobreza via consumo).

Além destes aspectos que podem definir a pobreza, serão discutidos possíveis instrumentos para redução da mesma.

2.1 Pobreza sob a ótica monetária

A pobreza monetária corresponde à insuficiência da renda, como um fator preponderante para sinalizá-la. Corroborando com esta perspectiva, a renda tem “enorme influência sobre o que podemos ou não podemos fazer” (SEN, 2000, p. 92).

Dentro desta visão, Rocha (2006), defende especificamente que a sociedade brasileira está estruturada num âmbito monetizado, em um dos pilares da economia nacional. Ou seja, a renda nesse momento se mostra como uma “proxy” para determinar o bem estar das famílias.

A pobreza vista sob aspecto da renda como fator responsável pelo bem estar das famílias, é definida sob duas óticas para poder determiná-la, sendo elas: linha de extrema pobreza ou indigentes e linha de pobreza, cujo valor monetário disponível varia de acordo com as necessidades e carências de cada indivíduo.

A primeira – linha de extrema pobreza ou indigentes – está ligada basicamente ao necessário para sobrevivência física alimentar e a segunda – linha de pobreza – possui um caráter mais amplo, em que a satisfação vai mais além, tendo como exemplo: habitação, vestuário, transporte, bens duráveis, etc. (ROCHA, 2006; AZEVEDO e BURLANDY, 2010).

Apesar da distinta concepção entre extrema pobreza e pobreza, ambas estão fortemente relacionadas pelo fator monetário, e pode variar segundo conceito relativo, ou seja,

de acordo com a disponibilidade financeira e o custo de se viver em qualquer que seja a região brasileira.

Rocha, (2006, p. 162) acrescenta que “num país continental e de diferenças regionais de desenvolvimento tão marcantes como o Brasil, é um resultado natural a diversidade de perfis populacionais, e, especificamente, do perfil dos pobres entre regiões e estratos.”

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada⁷(IPEA), em termos monetários, “a linha de extrema pobreza considerada é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO⁸ e da OMS⁹.” A linha de pobreza, por sua vez, refere-se a um valor superior que o considerado para extrema pobreza, conforme pode ser observado na Tabela 2.1.

⁷ Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 17 de maio de 2015.

⁸ A FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) trabalha no combate à fome e à pobreza, promove o desenvolvimento agrícola, a melhoria da nutrição, a busca da segurança alimentar e o acesso de todas as pessoas, em todos os momentos, aos alimentos necessários para uma vida saudável. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/quemSomos.asp>>. Acesso em: 17 de maio de 2015.

⁹ Organização Mundial da Saúde.

Tabela 2.1 - Brasil: Linhas de Extrema Pobreza e Pobreza por Regiões Federativas (1995 a 2013) em reais

| Região | set./1995 | | set./2002 | | set./2003 | | jul./2010 (Censo) | | set./2011 | | set./2013 | |
|---|------------|---------|------------|---------|------------|---------|-------------------|---------|------------|---------|------------|---------|
| | Indigência | Pobreza | Indigência | Pobreza | Indigência | Pobreza | Indigência | Pobreza | Indigência | Pobreza | Indigência | Pobreza |
| Norte - Área urbana | 26,83 | 62,97 | 35,91 | 100,04 | 43,04 | 117,30 | 69,17 | 175,65 | 74,18 | 183,84 | 90,69 | 210,53 |
| Norte - Área rural | - | - | - | - | - | - | 46,38 | 88,12 | 48,96 | 92,23 | 60,81 | 105,61 |
| Nordeste - Área urbana | 24,27 | 61,91 | 34,65 | 98,37 | 41,73 | 117,35 | 57,03 | 166,19 | 61,66 | 176,96 | 75,49 | 202,61 |
| Nordeste - Área rural | 21,08 | 37,34 | 30,11 | 59,34 | 36,25 | 70,79 | 49,54 | 100,24 | 53,56 | 106,74 | 65,58 | 122,21 |
| M.G./E.S. BH - Área urbana | 22,77 | 55,20 | 34,40 | 92,24 | 41,78 | 109,89 | 60,27 | 162,01 | 66,34 | 174,68 | 78,76 | 197,93 |
| M.G./E.S. BH - Área rural | 18,27 | 32,68 | 27,60 | 54,61 | 33,52 | 65,05 | 48,35 | 95,91 | 53,22 | 103,41 | 63,18 | 117,17 |
| Rio de Janeiro (Metrópole) - Área urbana | 26,42 | 61,73 | 38,39 | 103,10 | 47,49 | 122,38 | 63,31 | 173,18 | 70,03 | 184,21 | 83,74 | 210,33 |
| Rio de Janeiro (Metrópole) - Área rural | 20,87 | 45,06 | 30,32 | 75,26 | 37,51 | 89,34 | 50,00 | 126,42 | 55,31 | 134,47 | 66,14 | 153,54 |
| São Paulo (Metrópole) - Área urbana | 29,63 | 76,39 | 42,65 | 131,54 | 52,13 | 152,21 | 73,33 | 210,78 | 81,65 | 228,56 | 96,11 | 254,35 |
| São Paulo (Metrópole) - Área rural | 23,30 | 48,06 | 33,54 | 82,75 | 41,00 | 95,76 | 57,67 | 132,61 | 64,21 | 143,79 | 75,58 | 160,01 |
| Sul - Área urbana | 24,69 | 53,68 | 35,70 | 90,24 | 42,92 | 105,22 | 60,08 | 145,81 | 66,69 | 158,18 | 79,30 | 177,89 |
| Sul - Área rural | 19,47 | 36,19 | 28,16 | 60,84 | 33,85 | 70,93 | 47,38 | 98,30 | 52,60 | 106,64 | 62,54 | 119,93 |
| Centro Oeste - Área urbana | 23,63 | 81,38 | 36,21 | 133,98 | 44,18 | 157,86 | 62,44 | 226,99 | 69,83 | 242,75 | 81,67 | 271,92 |
| Centro Oeste - Área rural | 17,79 | 46,74 | 27,26 | 76,95 | 33,26 | 90,66 | 47,01 | 130,37 | 52,57 | 139,42 | 61,48 | 156,17 |

Elaboração própria

Fonte: Sonia Rocha com base na POF "Do Consumo Observado à Linha de Pobreza", in Pesquisa e Planejamento Econômico, vol.27 (2), agosto de 1997.¹⁰

Nota ¹: Na região Norte (Área rural) não foi disponibilizado na referência dados para os anos de 1995, 2002 e 2003.

Nota ²: Os valores disponibilizados para Região Sudeste pelo IETS fazem referência aos estados do RJ, SP, ES e MG avaliados separadamente, assim como o fez para o estado de BH.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.iets.org.br/>>. Acesso em: 12 de agosto de 2015.

Através dos dados da Tabela 2.1, é possível observar uma variação na renda dos indivíduos extremamente pobres e pobres ao longo dos anos e entre as cinco regiões brasileiras, onde é possível verificar que em todos os casos a trajetória comporta-se de forma ascendente.

Sen (2000, p. 29), afirma que a pobreza vai muito além do que a posse de renda, por envolver fatores de ordem social. O mesmo, afirma ter muitas pessoas com “pouco acesso a serviços de saúde, saneamento básico ou água tratada, e passam a vida lutando contra uma morbidez desnecessária com frequência sucumbindo à morte prematura.”

Diante desta perspectiva, é possível perceber que a pobreza quando avaliada apenas sob o critério da renda unilateraliza as inúmeras necessidades dos indivíduos que precisam ser focalizadas para futuras ações dos agentes públicos.

Por esta razão, é de fundamental importância descrever sobre as diversas dimensões deste fenômeno – pobreza –.

2.2 Pobreza Multidimensional

Ainda que a pobreza seja um problema comum no dia-a-dia das pessoas e constantemente sendo discutido como um dos principais assuntos entre pesquisadores e estudiosos, é difícil mensurar uma maneira eficaz e justa que possa minimizar seus efeitos na sociedade, talvez por se tratar de um fenômeno cujas características ultrapassam as barreiras do óbvio – ter mais ou menos renda –.

Neste sentido, o viés multidimensional leva em consideração os diversos aspectos da pobreza, tais como: educação, saúde, saneamento, emprego, renda e outros aspectos que influenciam no modo de viver das pessoas.

De acordo com Rocha (2006), por se tratar de um fenômeno complexo, a pobreza não envolve apenas a carência do fator monetário, mas, principalmente de diversas necessidades que asseguram o bem-estar das famílias brasileiras.

Kageyama e Hoffmann (2006, p. 6) corroboram ao alegar que:

A pobreza tem uma dupla natureza: de um lado, deve-se ao subdesenvolvimento regional e local, que impõe privações em condições básicas de existência, como luz elétrica, água encanada e instalações sanitárias, e dificuldade de acesso aos serviços de saúde e educação; de outro lado, a pobreza tem raízes nas características demográficas e nas limitações do capital humano e financeiro das famílias, que prejudicam a capacidade de elevar a renda familiar.

Neste sentido, a concepção da pobreza em seu aspecto multidimensional, objetiva ampliar o estudo das privações que as famílias de baixa renda enfrentam elevando a importância de fatores sociais na vida destas pessoas.

Crespo e Gurovitz (2002) contribuem ao discorrer que os pobres exemplificam o seu bem estar através de dimensões como: a segurança em torno do ambiente em que vive o bem-estar econômico – material e físico –, etc. Ou seja, viver bem não requer apenas a posse do fator monetário, mas, fazer parte de uma sociedade justa e igualitária entre todas as classes econômicas, que por sua vez, deveria ser o objetivo principal quando se discute a possibilidade de minimizar a “pobreza”.

Sen (2000) corrobora com esta perspectiva de pobreza ao descrever como sendo qualidade de vida analisar as privações sob diversos aspectos e não somente sob a ótica unidimensional – renda –.

Diante desse cenário, é intensificada a visão da pobreza em seu aspecto multidimensional, principalmente quando há a privação do acesso a saúde de qualidade e entre outros meios sociais que tragam melhor estabilidade a vida da população de baixa renda.

Apesar desta ótica – multidimensional – contribuir em grande medida para análise e parecer de medidas políticas melhor intencionadas quanto ao desenvolvimento e crescimento da população carente, há alguns meios cujos resultados são obtidos mais rapidamente, porém sem sustentabilidade social.

Nesta acepção, é possível identificar a intensificação pelo discurso da redução da pobreza sob o aspecto de políticas que contribuam com o consumo, endividamento e inadimplência dos indivíduos.

2.3 Pobreza via Consumo

Diante das perspectivas de pobreza analisadas como: absoluta, relativa, monetária e multidimensional, foram atribuídas medidas políticas pelo Governo Federal ao longo dos anos com o objetivo de ocultar a pobreza no Brasil.

Tem-se observado ultimamente a atribuição constante do fator monetário como meio de reduzir as disparidades econômicas e sociais dos indivíduos a partir da intensificação de políticas de transferência direta de renda e facilidades de acesso ao crédito para as classes de baixa renda.

Em termos circunstanciais, o consumo tem ganhado espaço na vida das pessoas, contribuindo com o sentimento de que esses indivíduos estão em ascensão social, ou seja, estão saindo do estágio de privação econômico e social.

Dando continuidade a análise e no intuito de corroborar com a problemática, Torres; Bichir e Carpim (2006) mostram em seus estudos que o consumo por bens e serviços cresce concomitantemente ao aumento da pobreza no período entre 1995 e 2004 para as 10 principais áreas metropolitanas brasileiras.¹¹

Neste sentido, as políticas públicas que levam em consideração apenas à renda, estão trabalhando somente sob a ótica unidimensional, não levando em conta as inúmeras dimensões da pobreza. Ávila (2009) defende em seus estudos que através das transferências diretas de renda – uma das políticas predominantes no país – apesar de aumentar a renda e o consumo dos indivíduos beneficiados, não tem tido como resultado final a melhoria e a consolidação dos direitos e da cidadania.

Demandar bens e serviços a custo de empréstimos e financiamentos, apesar de não ser seguro e viável quando o objetivo é desfrutar de uma vida melhor e mais segura, tem caído no gosto da base da pirâmide.

Neste sentido, é possível apontar duas variáveis de grande importância quando se trata de qualidade de vida dos indivíduos de baixa renda, são elas: dívidas e inadimplência – ambas provenientes do consumo em demasia –.

Ainda no que se refere ao comportamento de consumo, endividamento e inadimplência dos indivíduos de baixa renda, Ferreira (2012, p. 44) assevera que:

[...] É inevitável atentar para o fato de que grande parcela da população, principalmente a que compõe a classe de baixa renda, costuma endividar-se de maneira perigosa, entenda-se irracional, haja vista que um volume expressivo dos empréstimos junto a instituições financeiras é destinado ao pagamento de dívidas pré-existentes. Dessa forma, cabe questionar os limites do endividamento e da inadimplência, no sentido de avaliar o comprometimento orçamentário dos indivíduos.

Em síntese, as múltiplas faces da pobreza requerem inclusão dos indivíduos de baixa renda na sociedade em todos os aspectos, sejam de ordem econômica e/ou social.

¹¹ As áreas metropolitanas em questão fazem referência a Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Brasília. Disponível em: <http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0101-33002006000100002&pid=S0101-33002006000100002&pdf_path=nec/n74/29637.pdf>. Acesso em: 31 de maio de 2015.

Diante desta perspectiva, o problema não está em conceituar a pobreza, mais em atribuir os instrumentos necessários a redução desta, mesmo que possa levar um tempo para que a sociedade brasileira obtenha os resultados esperados.

Á vista disso, há diferentes abordagens para definir a complexidade desse fenômeno, por isso definir alguns parâmetros é de suma importância para análise de políticas que contribuam com a redução das desigualdades e, por conseguinte a pobreza.

Por se tratar de um fenômeno complexo e multidimensional, a pobreza pode variar de acordo com diversos fatores, dificultando à ocorrência de medidas econômicas adequadas a redução das disparidades sociais no Brasil.

Coelho; Tapajos e Rodrigues (2010) corroboram ao trazer algumas das dificuldades mais intensas vividas pelos brasileiros que se instalam na desigualdade educacional, na deficiência ao acesso a saúde pública, na concentração de renda histórica e ainda vivenciada até os dias atuais, o déficit habitacional e o péssimo serviço de transporte público.

Diante deste cenário de privações, o governo brasileiro entre 1995-2013 tem buscado alternativas para minimizar a pobreza, apesar de quase sempre pulverizado de políticas públicas que tem como cerne dos seus programas a transferência direta de renda ou a facilidade do acesso ao crédito pelas famílias carentes.

Dando prosseguimento ao assunto, Zouan e Barone (2007, p. 372), discorrem a cerca do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e implementação do Plano Real em 1994, no qual o objetivo foi à estabilização da moeda e controle da inflação, proporcionando inúmeros incentivos ao aumento da demanda por bens e serviços, resultando na “inclusão de milhões de brasileiros no mercado de consumo”.

De acordo com a seqüência histórica, no governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), o objeto central das suas políticas públicas era o aumento do consumo por parte das famílias de baixa renda, intensificado por transferências diretas de renda e energização das inúmeras modalidades de crédito no mercado.

A partir de 2011, o atual governo presidido pela Presidente Dilma V. Rousseff procurou dar continuidade nas políticas públicas do governo anterior, ou seja, ações de estímulos ao consumo praticados principalmente pelas famílias de baixa renda.

Diante destas perspectivas, uma nova classe econômica vem tomando conta do mercado consumidor, conhecida por Neri (2008), como Nova Classe Média.

Kerstenetzky; Uchôa e Silva (2013, p. 22) acrescentam ao mostrar que:

Tornar classe média os ex-pobres requereria garantir os ganhos de renda e, de modo geral, a segurança econômica. Do ponto de vista da intervenção pública, requer um avanço decisivo na provisão de bens públicos sociais de qualidade não apenas para proteger o orçamento das famílias e melhorar as perspectivas de vida de crianças e jovens, como também pela observação de que a segregação dos serviços sociais entre privados de qualidade e públicos insuficientes e deficientes é uma das mais importantes fontes das desigualdades sociais contemporâneas.

Neste sentido, afirmar pertencer a Classe Média os indivíduos que vivem em condições insatisfatórias, apenas pela prerrogativa de consumir os mesmos bens e serviços que a Classe Média tradicional não é o suficiente, pois, melhora nas condições econômicas das famílias sob a ótica do consumo não considera fatores como dívidas e inadimplência – realidade consequente do crédito fácil as famílias de baixa renda –, situação que impactará na renda futura dessas famílias.

Dando continuidade a problemática e considerando as razões anteriormente descritas ao conceituar pobreza – um fenômeno amplo e composto por diversas dimensões –, para que se faça valer as medidas políticas em benefício da qualidade de vida dos brasileiros, é necessário que os agentes econômicos acreditem na capacidade das pessoas e junto a elas, construam um país melhor e mais justo.

Uma vez que os mesmos consumidores – Nova Classe Média – que desfrutam de bens duráveis considerados de luxo também sofrem pela ausência de saneamento básico em suas ruas e precárias condições de educação e saúde para oferecer aos seus filhos (ESTADÃO¹², 2012).

Por conseguinte, uma alternativa plausível para minimizar a pobreza é a implantação de políticas redistributivas como o acesso a bens públicos de qualidade, pois, além de melhorar a qualidade de vida das pessoas carentes, poderia trazer para sociedade brasileira uma homogenia distribuição dos recursos econômicos e sociais.

Diante de um cenário em que as privações econômicas são uma realidade, o consumo das famílias tem sido o instrumento de ações e execuções de políticas públicas em busca da redução da pobreza. Nesse sentido, se faz necessário analisar mais intensamente as causas e efeitos deste fenômeno sob a ótica do consumo.

¹² Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-rico-brasil-pobre-imp-,952098>>. Acesso em: 10 de junho de 2015.

3 A REDUÇÃO DA POBREZA SOB A ÓTICA DO AUMENTO DO CONSUMO

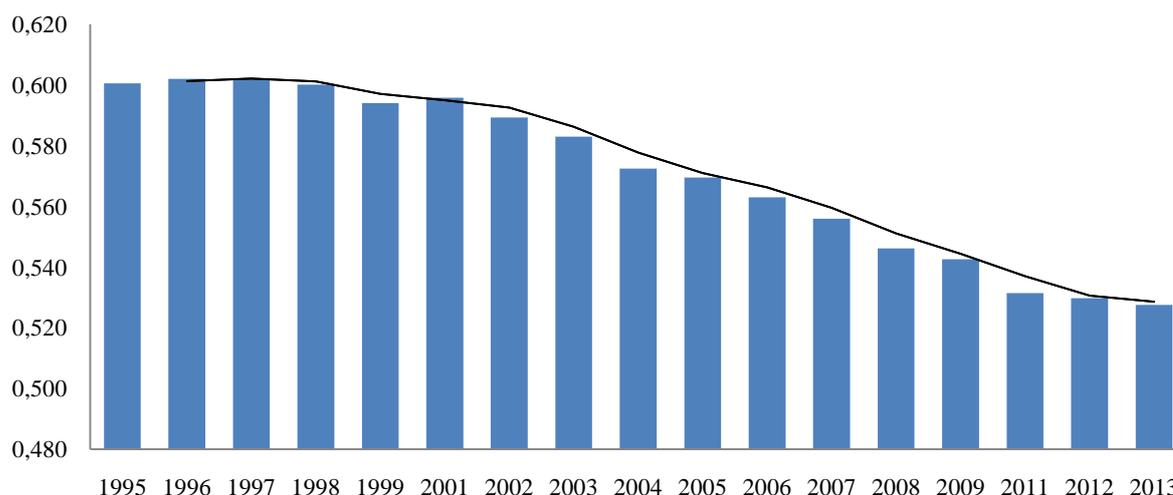
Na literatura nacional muito se discute a respeito da pobreza e desigualdades sociais, muitas também são as políticas públicas adotadas pelo Governo Federal tendo como objetivo central, gerar impactos positivos na redução da concentração de renda no Brasil.

Diante dessa perspectiva, o financiamento do consumo de bens e serviços da base mais baixa da pirâmide social – os mais pobres –, se tornou um forte instrumento de política pública utilizada na última década pelos governantes brasileiros.

Segundo Yazbek (2012, p.3), “a pobreza é parte de nossa experiência diária”. Por esse motivo, o modelo de transferência de renda às famílias e a facilidade de acesso ao crédito para quem vive em lugares sem saneamento básico, com precárias condições de saúde e índices de escolaridade mínimos, apenas estimula a problemática da desigualdade através de uma mudança de comportamento.

O efeito desse tipo de política pública – estímulo ao consumo –, por alguns é explicado sob a ótica da redução da concentração de renda no país desde o início dos anos 2000, conforme pode ser verificado no Gráfico 3.1.

Gráfico 3.1 - Evolução da Concentração de Renda no Brasil - Coeficiente de Gini¹ - 1995-2013



Elaboração Própria

Fonte: IPEADATA

Nota¹: A PNAD não foi a campo em 1994, 2000 e 2010.

O Gráfico 3.1 mostra a redução da concentração de renda no Brasil em aproximadamente 12,37%, durante o período de 1995 a 2013¹³, embora a desigualdade de renda no país ainda seja considerada muito elevada.

Durante os Governos dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva (1995 a 2010) foram instituídas políticas de financiamento¹⁴ como instrumento de inclusão social, bem como fator propulsor do crescimento econômico do país – via consumo das famílias –.

Especificamente, no Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, a partir do ano de 2004, houve a extensão do crédito em consignação¹⁵ para todos os assalariados do setor público e privado, assim como aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social).

No decorrer do Governo de Luis Inácio Lula da Silva, o discurso e as ações giraram em torno da inclusão dos indivíduos menos favorecidos no mercado de consumo, o que proporcionou a ascensão da chamada Nova Classe Média¹⁶.

O atual Governo da Presidente Dilma V. Rousseff¹⁷ deu prosseguimento às políticas adotadas principalmente pelo governo anterior – Presidente Luís Inácio Lula da Silva –, na qual a facilidade do acesso aos bens de consumo foi amplamente intensificada.

Essa disponibilidade e facilidade ao acesso do crédito para consumo culminou numa sensação de bem-estar econômico dessa parcela da população brasileira, considerada atualmente “em maior número no país, e se está em maior número reflete sua identidade nacional”, o que explica as políticas públicas estarem direcionadas a esse estrato da população (YACCOUB, 2011, p.11).

Nesse contexto, as políticas de acesso ao crédito visam segundo Bartelt (2013, p.4) “menos de um fator sociológico e mais de um projeto de estratégia e marketing políticos”.

¹³ A distribuição de renda analisada sob a ótica do Coeficiente de Gini, que segundo Nishi (2010) trata-se de uma medida estatística de desigualdade, indica o grau de concentração/ distribuição de renda. É medido entre zero e um quanto mais próximo de zero menos desigual será a distribuição de renda.

¹⁴ “Criação do Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP) e o Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI) pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)”. (Zouain e Barone 2007, p.370)

¹⁵ “O crédito consignado é uma modalidade de empréstimo pessoal cujas parcelas são deduzidas diretamente da folha de pagamento da pessoa física. Ele pode ser obtido em bancos ou financeiras e o prazo máximo para quitação é de 72 meses. Os juros e demais encargos variam conforme o valor contratado e variam ligeiramente em cada instituição financeira. Além dos juros, é cobrado o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e não é permitida a cobrança de Taxa de Abertura de Crédito (TAC)”. (Dieese, 2014, p.12)

¹⁶ Vide denominação e discussão no tópico 3.1.

¹⁷ No segundo governo da Presidente Dilma V. Rousseff, a partir de janeiro de 2015, as políticas que facilitam o acesso ao crédito vem sendo dificultada pelo aumento das taxas de juros para conter o atual processo inflacionário que está em trajetória crescente na economia nacional.

Corroborando com essa visão, Corrêa (2013), defende que a privação social e econômica possui características multidimensionais, ou seja, referem-se a um fenômeno que não compreende apenas a renda ou o poder de compra dos indivíduos, mas também fatores sociais, cujas maiores necessidades derivam da população de baixa renda.

3.1 Políticas de Acesso ao Crédito

A pobreza e a desigualdade social são temas comuns em discussões por pesquisadores e gestores públicos que buscam meios para reduzir as disparidades econômicas e sociais no Brasil.

Na visão de Rocha (2011), as políticas sociais implantadas nos últimos anos não atingem resultados significativos em prol da redução da pobreza.

Algumas das políticas públicas mais comuns de financiamento popular são as de transferências diretas de renda e as facilidades de acesso ao crédito, provenientes do próprio mercado, como aquelas proporcionadas pelas instituições financeiras privadas¹⁸ que objetivam financiar a aquisição de bens, serviços e capital de giro para a população de baixa renda.

Na primeira, pode-se citar como exemplo, o Programa Bolsa Família, que acabou criando um círculo de dependência do benefício, desmotivando os indivíduos a procurar emprego ou qualificação profissional (MARINHO, 2011). As ações da segunda tende na verdade, apenas disfarçar as disparidades econômicas e sociais existentes na sociedade.

Sobre as políticas de transferências diretas de renda, em particular o Programa Bolsa Família¹⁹ teve forte crescimento desde sua unificação em 2004.

Segundo Mesquita (2007, p. 13), este programa de transferência – Bolsa Família –:

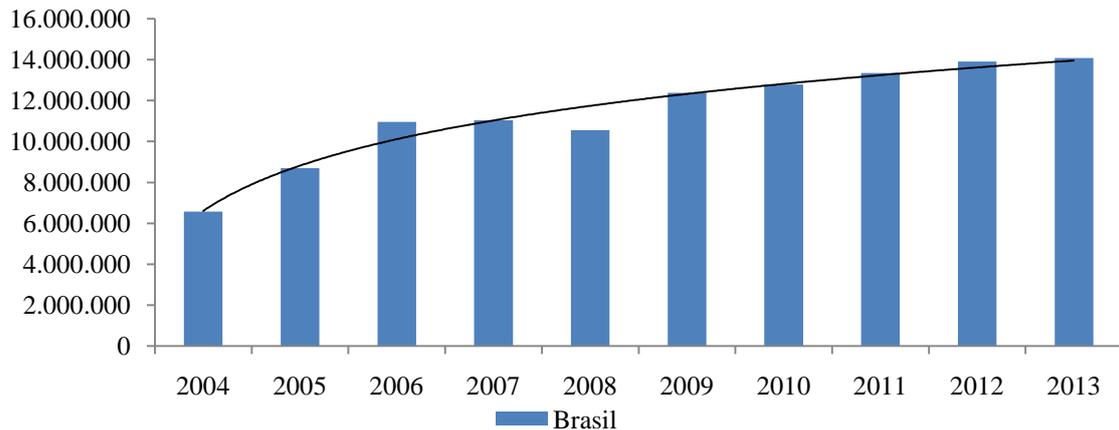
Ampliou o escopo do atendimento, bem como dos valores dos benefícios, dos programas federais anteriormente existentes – Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação – constituindo-se no maior programa de transferência condicionada de renda da América Latina.

¹⁸As sociedades de crédito, financiamento e investimento, também conhecidas por financeiras, foram instituídas pela Portaria do Ministério da Fazenda 309, de 30 de novembro de 1959. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/scfi.asp>>. Acesso em: 08 de dezembro de 2014.

¹⁹ O programa Bolsa Família foi instituído em 08 de janeiro de 2004, conforme Art. 1º, Lei nº 10.835/2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.835.htm>. Acesso em: 03 de março de 2014.

Para o programa Bolsa Família cujo quantitativo evoluiu constantemente desde sua criação, a série de dados do Gráfico 3.2 registra o crescimento das unidades familiares dependentes do programa em dezembro de cada ano.

Gráfico 3.2 - Famílias Beneficiadas pelo Programa Bolsa Família - Unidade



Elaboração própria

Fonte: Ipeadata e MDS (Ministério do Desenvolvimento Social)

De acordo com o Gráfico 3.2, em 2004 o programa Bolsa Família atingiu cerca de 6,5 milhões de domicílios, com uma evolução de aproximadamente 114,34% no número de famílias beneficiadas entre os anos 2004 a 2013.

Foi observada uma leve queda no quantitativo de famílias atendidas em 2008. Segundo Rocha (2011, p. 7), isto aconteceu em decorrência “de ajustes dos parâmetros de renda e do valor dos benefícios, assim como da alteração do desenho do programa para incluir um benefício específico para os jovens de 16 a 17 anos”. Diante desta trajetória de crescimento, é possível verificar que mais que dobrou o número de famílias dependentes do programa Bolsa Família ao longo desta série histórica de dados.

A grande preocupação em face do exposto são os impactos gerados na sociedade de baixa renda, que tende a acarretar perdas na qualidade de vida dos indivíduos, provocadas pelo comodismo e dependência das transferências diretas do Governo Federal.

Além das transferências de renda, as políticas direcionadas as facilidades de acesso ao crédito tem gerado grande repercussões, cuja estabilização da moeda e o controle da inflação foram de suma importância para estas ações políticas. Fato este, que impactou em mudança nos hábitos de consumo da população, cuja abordagem é discutida por vários autores da literatura brasileira, como indicativo para se mencionar a redução da pobreza, não estando apenas nos fatores relacionados à renda.

No sentido diametralmente oposto, Azevedo; Burlandy (2010), acrescentam que as ações políticas implementadas no país dos últimos anos tem sido “específicas, pontuais e de curto prazo”, ou seja, no intuito de obter resultados imediatos quanto à redução da pobreza, os últimos governos têm aplicado políticas que facilitem o crédito sem levar em consideração os impactos negativos futuros – inadimplência e maiores perdas na qualidade de vida dos indivíduos –.

Pochmann (2012) argumenta que o modelo adotado via financiamento da pobreza com a finalidade de “distribuir para crescer”, está se esgotando, uma vez que suas bases não se sustentam. Pois, para o autor, há uma notável falta de estrutura produtiva gerando problemas provenientes do consumismo.

Diante dessa perspectiva, as políticas públicas adotadas até os dias atuais se mostram como cerne para o crescimento e a inclusão da Nova Classe Média na sociedade brasileira.

3.2 Abordagens sobre a Nova Classe Média

Na literatura nacional, muito tem se discutido a respeito da ascensão da Nova Classe Média – baseada mais intensamente na elevação do consumo das famílias de baixa renda – que apesar de promover um sentimento de bem estar atrelado à compra de bens duráveis, deixa os indivíduos na condição de endividados.

Neste sentido, é a partir das mudanças nos hábitos de consumo que a classe média passa a ser composta por indivíduos da base da pirâmide. Porém, para que esta nova classe – baseada no crédito e no consumo – “se aproxime dos padrões da classe média tradicional, serão necessários muitos anos de progresso social, educacional e cultural” (MARANGONI, 2011, p.7).

Souza; Lamounier (2010) alertam sobre a problemática em olhar o consumo como um indicador para definir classe econômica, pois, defendem que o correto é analisar sob a ótica de quanto ela ganha com sua produção e não quanto ela gasta. Diante disto, essa política agressiva de estímulo ao consumo, tende mascarar a real condição social do indivíduo.

No intuito de corroborar com o parágrafo anterior, Gonçalves (2012/2013, p. 41) acrescenta ao defender que:

A mobilidade social via “nova classe média” é uma ficção. Os estratos de renda incluídos nesta categoria estão fortemente marcados por fragilidade social e características (pobreza e carências) que os colocam muito distantes de qualquer categoria sociologicamente consistente de classe média.

Diante desta perspectiva, Kerstenetzky; Uchôa; Silva (2013, p.6), mostram que a classe média é muito mais do que o poder econômico e o acesso ao consumo, pois, ambos os fatores encontram-se acompanhados da instabilidade econômica dos indivíduos de baixa renda.

Portanto, ainda segundo os autores, atender as necessidades materiais e satisfazer os mais diversos desejos dos indivíduos de baixa renda, sem levar em consideração a real renda da qual lhes é atribuída, os tornam vulneráveis e propensos a um “retrocesso social”. Para fazer parte da efetiva Classe Média, é necessário muito mais do que comprar os mesmos bens de consumo, mas, primordialmente desfrutar de estabilidade econômica.

Estes indivíduos alocados basicamente nas classes D e E – baixa renda – apesar de usufruírem de várias facilidades de crédito para conseguir comprar o que sua real renda não os permite, não gozam de uma renda fixa e segura, tal qual, a efetiva Classe Média.

Neste sentido, de forma a auxiliar na compreensão a cerca dos rendimentos que justificam cada classe econômica na sociedade brasileira, a Tabela 3.1 expõe a cerca da classificação da Nova Classe Média.

Tabela 3.1 - Divisão das Classes Econômicas

| Classes | Limites | |
|-----------|--------------|--------------|
| | Inferior | Superior |
| Classe E | 0 | R\$ 1.057,55 |
| Classe D | R\$ 1.057,55 | R\$ 1.466,63 |
| Classe C | R\$ 1.466,63 | R\$ 6.322,96 |
| Classe AB | R\$ 6.322,96 | - |

Elaboração própria.

Fonte: NERI (2010, p.41).

Nota¹: Valores reais de dezembro de 2013. Deflacionado pelo INPC.

De acordo com a Tabela 3.1, a divisão das classes econômicas é definida a partir dos rendimentos mensais dos indivíduos provenientes do trabalho principal.

Diante destes grupos sociais avaliados sob a ótica da renda, o consumo em trajetória crescente das classes D e E, tem como justificativa a facilidade do acesso ao crédito em suas diversas formas e modalidades, muito bem exploradas no mercado.

A partir dessa perspectiva, observa-se que a ascensão dos indivíduos inseridos nas classes D e E, para a chamada classe C – Nova Classe Média –, está diretamente ligada ao complemento na renda, via crédito, que os mesmos pensam fazer parte da sua renda real (AZEVEDO, 2009), conforme Tabela 3.2.

Tabela 3.2 - Classificação dos estratos econômicos no Brasil e Macro Regiões – 2014 (%)

| Classe | Brasil | Sudeste | Sul | Nordeste | Centro Oeste | Norte |
|----------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|-------------|
| A | 2,7 | 3,3 | 3,2 | 1,1 | 3,7 | 1,5 |
| B | 23,1 | 29,7 | 27,6 | 12,3 | 26,0 | 13,7 |
| C | 47,5 | 51,2 | 53,5 | 39,4 | 48,5 | 42,6 |
| D-E | 26,6 | 15,9 | 15,6 | 47,2 | 21,8 | 42,1 |

Elaboração Própria

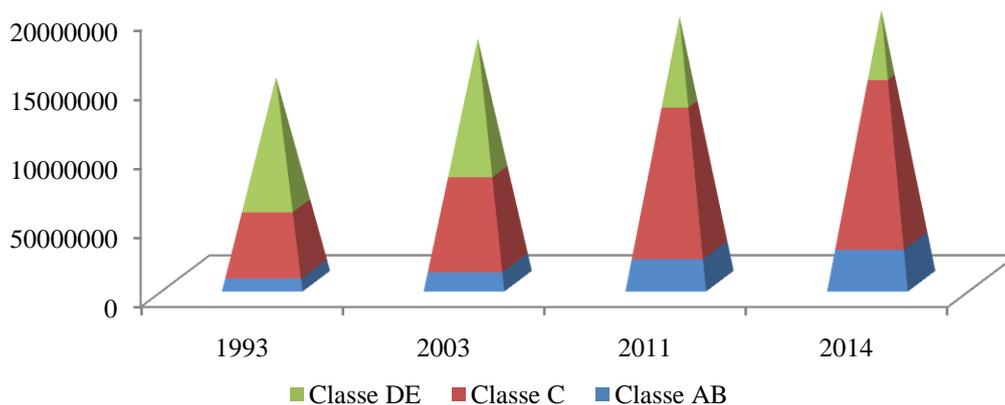
Fonte: Critério Brasil – ABEP 2014 (Base LSE 2014).

Nota¹: As estimativas para o Brasil e Macro Regiões “são baseadas em estudos probabilísticos nacionais do Datafolha e IBOPE Inteligência” (Critério Brasil – ABEP 2014, p. 2).

Através dos dados apresentados na Tabela 3.2, nota-se, que as classes A e B representam 25,8% do total da população brasileira, as classes D-E, 26,6% e a classe C sendo o mais significativo percentual dentre todas totalizando 47,5%.

Diante desses dados, é possível constatar que a maior parcela da classe média concentra-se mais intensamente na região Sul do país, com 53,5%, seguida de perto pela região Sudeste (51,2%), Centro - Oeste (48,5%), Norte (42,6%) e o Nordeste, com aproximadamente 39,4%, o menor percentual do total geral.

Neste sentido, a Figura 3.1 expõe o crescimento das classes econômicas, entre 1993 e 2014, onde é possível verificar o movimento de mudança, ou seja, a evolução das classes econômicas no Brasil dos últimos anos.

Figura 1 - Evolução das Classes Econômicas _ em milhões de pessoas – 1993-2014

Elaboração própria

Fonte: Centro de Políticas Sociais- CAPS/FGV

De acordo com a Figura 1, em 1993 a classe média era representada por 30,98% do total de indivíduos inseridos dentre as distintas classes sociais, aumentando em 158,54% até 2014.

As classes D-E que simbolizavam 63,03% dos indivíduos em 1993, tiveram seu contingente reduzido em 47,32% no decorrer desta série histórica. Por outro lado, as classes A e B cresceram aproximadamente 230% dentro do intervalo de tempo – 1993 a 2014.

De acordo com a publicação de Rockmann (2014)²⁰ a expansão da classe média no ano de 2013 – cerca de 108 milhões de pessoas -, pode ser verificada pelo nível de gastos dos indivíduos que estão inseridos nesse extrato social, que foi da ordem de 1,17 trilhões de reais, além de movimentarem cerca de 58% do crédito disponível na economia nacional. Esses dados constataam que a classe média está ganhando cada vez mais espaço no mercado de consumo, apesar de não haver estrutura social e econômica sustentável para este espantoso aumento.

Yaccoub (2011), conclui que é perceptível o aumento da classe média e que a mesma está diretamente ligada ao consumo e a renda. Defende que essas políticas públicas que financiam o consumo da base da pirâmide utilizam-se das diversas modalidades de crédito, seja via crédito formal ou informal para que possa haver a ascensão da classe média.

Neste contexto a Tabela 3.3, mostra as diversas modalidades de crédito disponíveis e utilizadas pelas famílias de baixa renda.

Tabela 3.3 - Modalidades financeiras mais utilizadas pela população de baixa renda

| Formal | Informal |
|---|--|
| Empréstimos de bancos, incluindo crédito consignado e cheque especial | Fiado/Pendura |
| Empréstimos de empresas de microcrédito | Empréstimos de familiares (com ou sem juros) |
| Empréstimos de programas governamentais | Empréstimos de agiotas |
| Empréstimos de cooperativas | |
| Cartões de crédito e cartões de lojas | |
| Carnês | |
| Empréstimos de financeiras | |

Elaboração própria

Fonte: Plano CDE e Bankable Frontier Associates (2012).

O crédito em consignação, uma das modalidades descritas na Tabela 3.3, foi e ainda é uma das mais importantes operações de crédito dos últimos anos no estímulo ao consumo, conforme dados significativos apresentados em Nota Técnica do DIEESE²¹ (2014, p.12):

²⁰ Revista Carta Capital. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/mais-admiradas/como-a-ascensao-da-classe-c-causou-uma-revolucao-social-2482.html>>. Acesso em: 29 de março de 2015.

²¹ Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec135Credito.pdf>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2015.

Em dezembro de 2013, o saldo total das operações de crédito consignado da economia brasileira foi de R\$ 221,8 bilhões, sendo R\$ 17,9 bilhões destinados aos empregados da iniciativa privada, R\$ 137,1 bilhões aos do setor público e R\$ 66,7 bilhões aos aposentados e pensionistas do INSS.

Segundo Sciré (2009), há também a extensa proliferação dos cartões de crédito como um dos principais financiadores do consumo para a base da pirâmide, usado principalmente para aquisição de bens situados fora da esfera do que acredita ser fundamental.

O fácil acesso aos bens de consumo disponíveis a base da pirâmide, por meio dos financiamentos seja via crédito em consignação, cartões e/ou outros, tem auxiliado os indivíduos a se sentirem mais livres para comprar, porém, cada vez mais dependentes destes meios para continuar consumindo.

A Tabela 3.4 a seguir mostra a evolução de algumas das principais modalidades de crédito que caíram no gosto dos brasileiros em uma série histórica que vai desde a criação do crédito consignado em 2004 até 2013.

Tabela 3.4 - Brasil: Evolução da Carteira de Crédito à Pessoa Física 2004-2013(R\$ bilhões)

| Período | Crédito | Crédito | Cartão de Crédito | Cheque Especial |
|---------|---------|------------|-------------------|-----------------|
| | Pessoal | Consignado | | |
| 2004 | 49,38 | 15,55 | 10,74 | 15,07 |
| 2005 | 67,77 | 28,2 | 13,16 | 16,03 |
| 2006 | 93,69 | 47,71 | 17,15 | 17,58 |
| 2007 | 114,06 | 69,5 | 19,76 | 18,64 |
| 2008 | 137,38 | 87,72 | 23,56 | 18,77 |
| 2009 | 167,81 | 100,04 | 28,76 | 21,38 |
| 2010 | 200,46 | 131,72 | 32,15 | 19,91 |
| 2011 | 235,09 | 157,36 | 34,24 | 20,5 |
| 2012 | 294,37 | 172,28 | 120,35 | 21,12 |
| 2013 | 283,2 | 192,2 | 126,3 | 20 |

Elaboração própria

Fontes: Boletim Regional do Banco Central do Brasil, Abril - 2011; Relatório de Inflação, Março - 2013; Relatório de Estabilidade Financeira, Setembro - 2014.

Nota¹: Os dados da tabela 3.4 referem-se ao saldo em janeiro de cada ano, exceto em 2012, para as modalidades de crédito pessoal e cheque especial, sendo representados por saldos de novembro de 2012.

Nota²: Considerando valores reais corrigidos pelo indexador INPC-IBGE, referente a janeiro de 2013.

O dinamismo das operações de crédito cresceu rapidamente durante os anos, conforme pode ser verificado na Tabela 3.4. Em especial, o crédito ofertado em consignação tem ganhado espaço na vida das pessoas de baixa renda, obtendo aumentos reais de aproximadamente 1.136,01% durante o período de 2004 a 2013, seguido do cartão de crédito com 1.075,98%, do crédito pessoal com 473,51% e cheque especial com 32,71%.

Esta evolução das modalidades de crédito além de trazer uma satisfação pessoal aos indivíduos em adquirir bens e serviços, concomitantemente corrobora com um grande “comprometimento de renda futura” das famílias brasileiras, acarretando endividamento (BOLETIM REGIONAL DO BACEN²², abril/2011, p.96).

Souza; Lamounier (2010) corroboram ao trazer em seu trabalho que a atual política facilitadora do acesso ao crédito, mostrou-se como forte estímulo na mudança de comportamento no consumo de grande parte dos indivíduos de baixa renda. Para os autores, a explosão do consumo dessa parcela da sociedade se deu à custa do endividamento de longo prazo, propensos a não poupar para um futuro próximo e ainda correndo o risco de inadimplência.

Souza (2004) usa a defesa de que gerenciar um financiamento seja ele de uma casa própria, de um carro ou até mesmo de um eletrodoméstico dividido em inúmeras parcelas, requer planejamento.

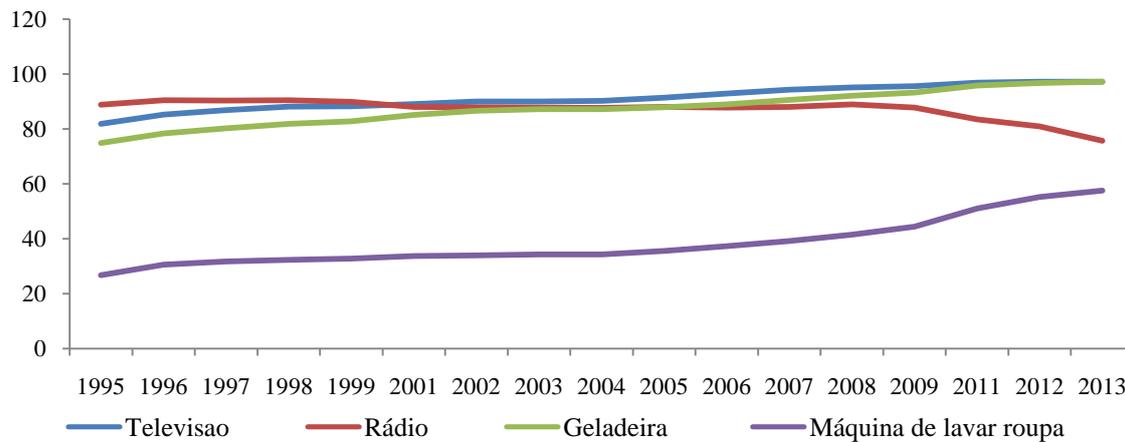
Neste sentido, fica claro que o atual comprometimento da renda dos indivíduos de classe média baixa via crédito, pode ser explorado através do crescimento na demanda por bens de consumo.

3.3 Consumo por Bens Duráveis

Neri (2008) menciona duas maneiras distintas de se definir a Classe Média brasileira. A primeira é baseada nas expectativas das pessoas em estarem melhor no futuro e a segunda pelo potencial de consumo dos indivíduos. Ou seja, esta última está diretamente ligada ao consumo de bens duráveis: televisores, geladeiras, rádios, e outros como banheiros, empregadas domésticas e nível de instrução do chefe da família.

As políticas que incentivam ao consumo têm evoluído ao longo dos anos, aumentando a compra por bens materiais (principalmente os chamados “linha branca”), no que se refere a todas as classes, assim como mostra o Gráfico 3.3.

²² Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2011/04/br201104P.pdf>>. Acesso em: 19 de abril de 2015.

Gráfico 3.3 - Consumo por Bens Duráveis – 1995-2013 – %

Elaboração própria
Fonte: IBGE

Conforme os dados do Gráfico 3.3, os indivíduos têm aumentado os dispêndios com máquinas de lavar roupa em 115,8%, seguido das geladeiras (29,74%), televisores (18,8%) e uma retração no consumo de rádios em aproximadamente 14,8% no decorrer desta série histórica – 1995 a 2013 –.

Neste sentido, é possível perceber que a aquisição dos bens duráveis tem se mostrado em evidente evolução no gosto e no consumo dos indivíduos de baixa renda, acompanhando principalmente as mudanças tecnológicas dos últimos anos, o que explica as máquinas de lavar roupa, geladeiras e principalmente os televisores estarem ultrapassando o consumo por rádio.

Segundo Yaccoub (2011, p. 14) outros “bens considerados caros que conferem *status* e privilégios” passaram a fazer parte da realidade dos indivíduos de baixa renda, tais como “TVs LCD de 32 polegadas, geladeiras, celulares sofisticados, micro-ondas” e entre outros. Para os indivíduos de baixa renda, o consumo é como um passaporte para pertencer a um novo estrato social que a cada dia ganha novas formas e sofisticções, como por exemplo, a substituição da linha branca²³ pela linha em inox, onde atribui atualmente mais “status”.

Esse movimento – aumento no consumo de bens duráveis pela população de baixa renda – nos últimos anos tem mostrado crescente tendência também nos investimentos em bens de longo prazo como o financiamento para compra de carros e imóveis.

²³ Faz referência aos seguintes produtos: Fogões, Refrigeradores, Freezers, Lavadoras de Roupa, Lavadoras de Louça, Secadoras, Fornos Microondas e Condicionadores de Ar. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set206.pdf>. Acesso em: 04 de maio de 2015.

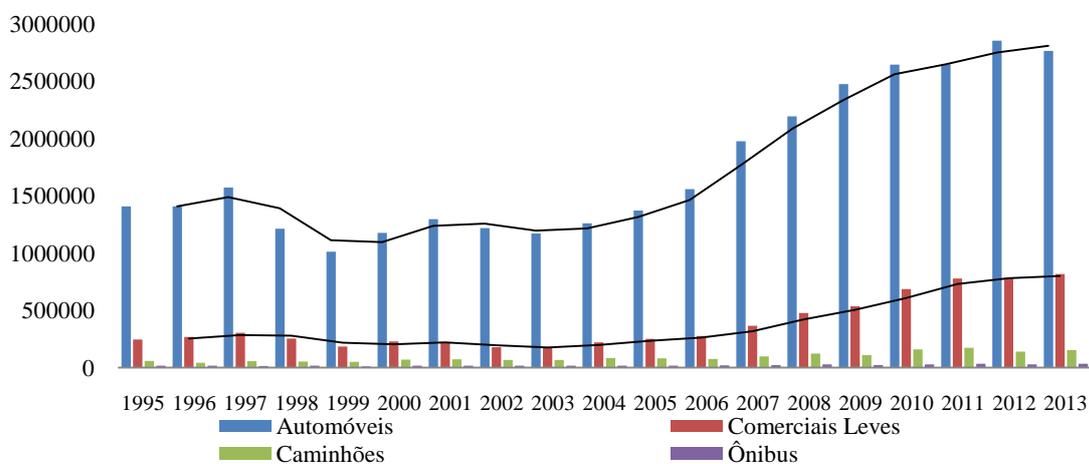
3.4 Consumo por Bens de Longo Prazo

O consumo por bens cujo financiamento se estende por um período de tempo maior, como acontece na aquisição de veículos e imóveis, vincula os consumidores de baixa renda a dívidas extensas e de alto valor agregado. Esta situação, apesar de proporcionar uma sensação de bem estar e satisfação aos indivíduos, eleva as dívidas e inadimplência dos mesmos.

Apesar das consequências negativas do crédito, “os empréstimos ao consumidor com prazos mais longos, acima de três anos, caíram no gosto dos brasileiros, que estão se endividando em suaves prestações” (AZEVEDO, 2009, p. 97).

Nesse sentido, o Gráfico 3.4 ²⁴ demonstra o consumo por automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus em uma série histórica que vai de 1995 a 2013, evidenciando o crescimento nas compras de autoveículos como um todo e em particular – por tipo de carro –.

Gráfico 3.4 - Licenciamentos Nacionais e Importados de Carros no Brasil – 1995-2013 (unidades)



Elaboração própria

Fonte: Anfavea

A partir dos dados do Gráfico 3.4, é possível verificar que de fato houve um aumento nas compras de autoveículos, destacando o consumo por automóveis, que chegou ao seu ápice de vendas em 2012, com 2.851.540 milhões, seguido dos comerciais leves que no mesmo ano atingiu a venda de 782.579 mil unidades. Aliás, o mercado automotivo como um todo cresceu, com vendas ao ano que ultrapassa a fronteira de três milhões de unidades desde 2009.

²⁴ Para os consumidores de todas as classes.

Costa (2012, p. 21), justifica este considerável crescimento no consumo por autoveículos através da “vasta oferta de crédito aliado aos financiamentos de longo prazo, bem como as medidas adotadas pelo governo para estimular o mercado²⁵.”

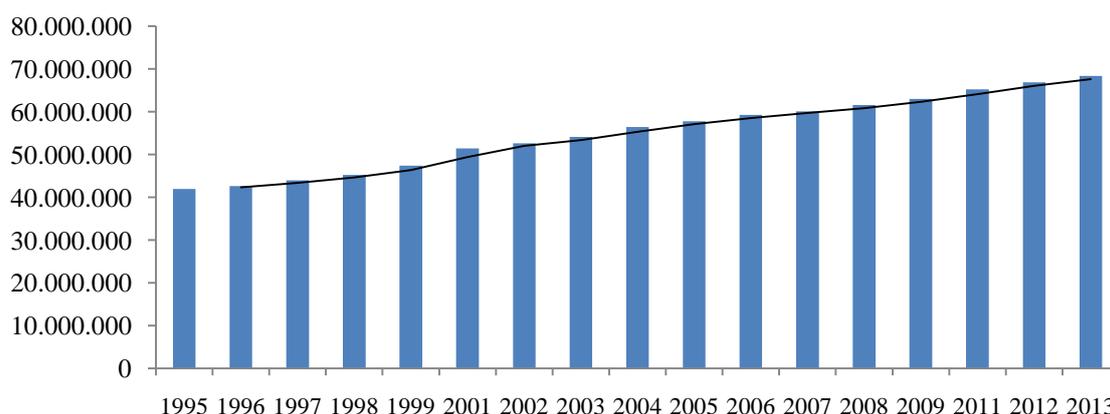
Dando continuidade, na outra ponta têm-se as compras de imóveis, ativo também considerado de longo prazo, vem tomando espaço na vida das pessoas de baixa renda, ou mesmo, da chamada Nova Classe Média, cujos rendimentos mensais os impossibilitam de comprar à vista.

Segundo Batistella (2014, p. 56), algumas políticas de financiamento habitacional projetadas pelo Governo impulsionaram o desejo de obter a casa própria, principalmente para os indivíduos de baixa renda – pela inexistência de estabilidade financeira – tais como:

Desonerações tributárias no setor da construção civil e a possibilidade de concessão dos financiamentos habitacionais com desconto de prestações em folha de pagamento. Além dessas medidas, assinala-se a implementação do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) em 2009, que incentiva a produção de novas unidades habitacionais destinadas a famílias com renda de até dez salários mínimos, com aporte de recursos do orçamento da União e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Diante destas políticas que facilitam o consumo de imóveis, o Gráfico 3.5 ²⁶ poderá confirmar em termos quantitativos o quanto evoluiu as vendas deste setor no país via crédito imobiliário.

Gráfico 3.5 - Vendas de Imóveis no Brasil – 1995-2013 (unidades)



Elaboração própria
Fonte: IPEADATA

²⁵ Em prol do crescimento do consumo por automóveis no Brasil, o Decreto nº 7.725 de 21 de maio de 2012, instituiu a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis e utilitários. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7725.htm>. Acesso em: 10 de maio de 2015.

²⁶ Para os consumidores de todas as classes.

Através do Gráfico 3.5, pode-se observar que o número de famílias que habitavam em um imóvel permanente, apresentou evolução da ordem dos 63% entre os anos de 1995 e 2013. Esses dados sinalizam que o aumento pode ser atribuído em grande parte pelas medidas que resultaram facilidades de acesso a compra de bens seja de curto e/ou de longo prazos.

Corroborando com o parágrafo anterior, salienta-se o programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) implementado durante o Governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como exemplo concreto de política facilitadora as aquisições de imóveis para os estratos de baixa renda.

Conforme dispõe a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009²⁷, é possível observar que:

Art. 1º O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais).

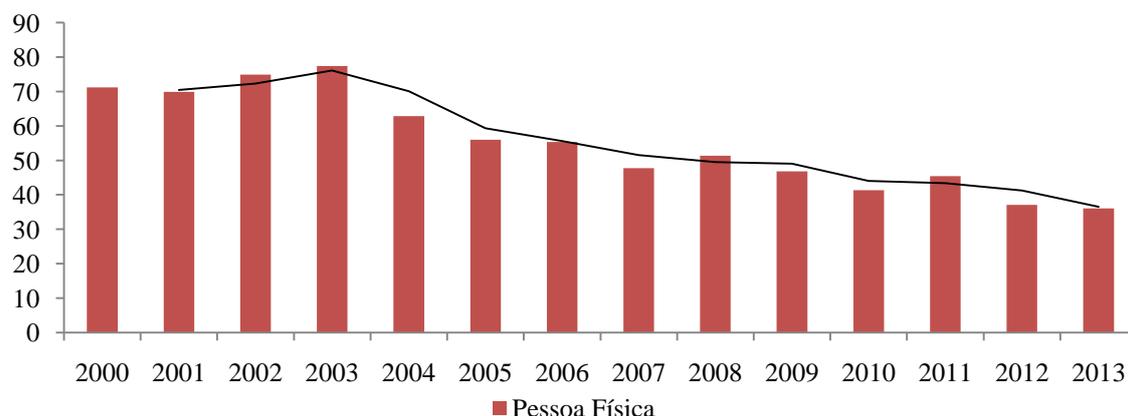
Diante desta perspectiva, apesar de parecer viável a efetivação do projeto Governamental – Programa Minha Casa, Minha Vida –, o acesso ao crédito imobiliário pode não apresentar a alternativa mais indicada para suprir as necessidades habitacionais da Nova Classe Média. Pois, de acordo com Azevedo (2007, p. 14):

Maior investimento em saneamento básico (esgoto e água), incremento no nível de emprego, aumento do salário mínimo, regularização fundiária, entre outras – podem ter um impacto muito maior nas condições habitacionais das famílias de baixa renda do que um simples reforço dos investimentos no setor.

Neste sentido, apesar da satisfação de estar realizando o sonho da casa própria, é importante levar em consideração as taxas de juros atreladas aos contratos, pois, fatores dessa natureza estão intrinsecamente ligados por relações econômicas, nas quais, os mais carentes se não atentos de como lidar com essa situação, podem e caem em armadilhas de suas próprias limitações financeiras.

O Gráfico 3.6 apresenta a evolução das taxas de juros para os recursos livres e direcionados a aquisição de bens e serviços para pessoas físicas, em uma série que vai de 2000 a 2013.

²⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111977.htm>. Acesso em: 11 de maio de 2015.

Gráfico 3.6 - Evolução da taxa média de juros % a.a – 2000-2013 – Pessoa Física

Elaboração própria

Fonte: Bacen e Febraban

O Gráfico 3.6 apresenta o movimento da taxa de juros ao longo do tempo, demonstrando uma redução de aproximadamente 49,37% entre os anos de 2000 a 2013.

A redução da taxa média de juros para pessoa física se tornou atrativo para o aumento dos financiamentos e compras a prazo.

Segundo Omar (2008), a queda da taxa de juros influencia positivamente nos investimentos e consumo dos indivíduos.

Neste sentido, acelerar a atividade interna com políticas que facilite o crédito como a queda na taxa de juros, pode gerar inflação resultante do consumo das famílias em maior proporção que a capacidade de produção do país; endividamento via comprometimento da renda futura dos indivíduos e inadimplência como consequência direta do endividamento das famílias carentes (JUS BRASIL, junho/2012, p.1²⁸).

Diante deste cenário, os componentes da Nova Classe Média são levados de volta a pobreza, pois no médio e longo prazo os mesmos não conseguem arcar com suas obrigações financeiras, contraídas muitas vezes através de estímulos.

3.5 A Inadimplência como Consequência do Aumento do Consumo das Famílias

Financiar a pobreza tem sido uma das políticas adotadas pelo Governo Federal nos últimos anos e apesar de comprometer a renda da base da pirâmide, o consumo em excesso

²⁸ Disponível em: <<http://jusprev.jusbrasil.com.br/noticias/3158148/os-perigos-da-reducao-de-juros>>. Acesso em: 19 de abril de 2015.

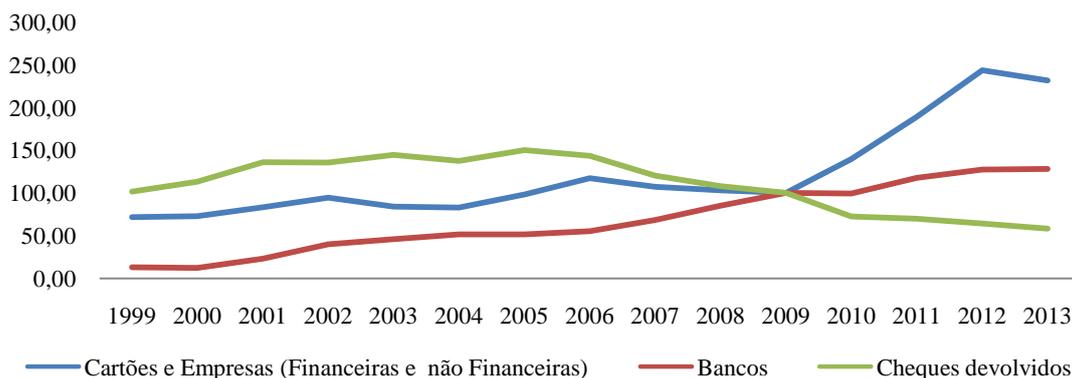
tem se tornado comum para os brasileiros. É dessa forma que a classe média tem se mostrado em ascensão – sob a ótica do consumo –.

Yaccoub (2011) revela que pertencer a uma classe social é muito mais do que demandar por bens e serviços. Pois, o bem-estar associado ao consumo é o que faz com que estas pessoas se sintam pertencer a um novo estrato da sociedade, ou seja, de uma Nova Classe Média.

A sensação de conforto e bem estar associado à compra de bens e serviços proveniente das diversas modalidades de crédito acaba transformando a forma de como as pessoas vêem suas vidas e as coloca sem perceber, em uma situação de endividados e inadimplentes.

Esta situação vem se tornando corriqueira e preocupante, principalmente quando o assunto é reduzir a pobreza via crédito, conforme mostra a série de dados do Gráfico 3.7.

Gráfico 3.7 - Brasil: Inadimplência do consumidor – 1999-2013



Elaboração própria

Fonte: Serasa Experian

O Gráfico 3.7 demonstra que a inadimplência das pessoas físicas evoluiu em todas as modalidades de crédito. Até 2009 os cheques devolvidos eram o principal vilão dos consumidores, já o financiamento do consumo quando proveniente das empresas financeiras, não financeiras e cartões de crédito, foram ganhando espaço chegando a representar em 2012 (243,51%), seguido dos bancos (127,2%) e dos cheques devolvidos (64,01%).

Neste sentido, o crescimento da inadimplência corresponde à intensa oferta e demanda por crédito dos últimos anos, que além de reduzir as possibilidades de minimizar a pobreza, ainda acarreta aos indivíduos de baixa renda dívidas em excesso.

As taxas de inadimplência atingem não somente uma ou outra região, mais todas elas de acordo com suas particularidades, assim como, as diversas faixas etárias da sociedade brasileira. A Tabela 3.5 a seguir ilustra a respeito desta problemática.

Tabela 3.5 - Taxa de Inadimplência no Brasil – 2014 (%)

| Macro-Regiões | | Faixa Etária | |
|---------------|------|------------------|------|
| Norte | 31,1 | 18 a 25 anos | 28,1 |
| Nordeste | 23,6 | 26 a 30 anos | 29,9 |
| Sul | 22,4 | 31 a 35 anos | 29,3 |
| Sudeste | 24,5 | 36 a 40 anos | 28,2 |
| Centro Oeste | 26,4 | 41 a 50 anos | 24,4 |
| | | 51 a 70 anos | 17,1 |
| | | Acima de 70 anos | 10,3 |

Elaboração Própria
Fonte: Serasa Experian

De acordo com a Tabela 3.5, é possível perceber uma maior concentração de inadimplentes na região Norte com 31,1% da população, seguido da região Centro-Oeste (26,4%), Sudeste (24,5%), Nordeste (23,6%) e Sul (22,4%) do país.

Com relação à faixa etária mais assídua de consumidores, os indivíduos de 26 a 30 anos de idade representam mais intensamente a inadimplência nas regiões do país, com 29,9% do total, seguido dos indivíduos com 31 a 35 anos (29,3%), 36 a 40 anos (28,2%), 18 a 25 anos (28,1%) e reduzindo as taxas à medida que aumenta a idade.

As políticas públicas que financiam o consumo da parcela mais frágil da sociedade tendem a gerar significativos índices de inadimplência, que se alastra em todo território nacional e alcança todas as faixas de idade.

Diante dessa perspectiva, segundo a diretora gerente do FMI (Fundo Monetário Internacional), Christine Lagarde (O Globo, 2014), a estrutura produtiva do Brasil pode ser melhorada caso haja reformas políticas estruturais, redução de gargalos e liberação do crescimento econômico.

Neste sentido, para que haja a redução da pobreza o foco das políticas públicas devem ser o bem estar permanente dos indivíduos e não o consumo. Contudo, o consumo via financiamento, para a parcela menos favorecida não proporciona desenvolvimento à sociedade cujas necessidades são bem maiores.

Não obstante, a partir dos dados expositivos extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), será possível verificar que ao aumentar o consumo da base da pirâmide através de políticas que facilitem o crédito, não melhora a qualidade de vida das pessoas. Pois, existem fatores sociais, tais como educação, saúde e saneamento básico que mudam de fato o conceito de estrato econômico das famílias.

4 COMPORTAMENTO DO CONSUMO FRENTE ÀS VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS DA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA

Diante de um cenário com intensa demanda por bens de consumo da população de baixa renda, a nova Classe Média brasileira tende a perder forças diante das condições de vida precária.

Desta forma, o capítulo tem por finalidade explicar a cerca das disparidades que se apresentam entre a evolução do consumo e as condições de trabalho e moradia dos chefes de domicílio da Classe C.

4.1 Metodologia

A metodologia fundamentada neste estudo objetiva a utilização de recursos bibliográficos a partir de algumas obras da literatura nacional, constituindo-se por uma análise primordialmente descritiva. O uso de microdados extraídos da Pesquisa Nacional por amostra de domicílios (PNAD), cuja elaboração é proveniente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), corrobora com a problemática – redução da pobreza sob a ótica do consumo – ao analisar sob o aspecto quantitativo a evolução das características socioeconômicas, condições de vida e estrutura de consumo em uma série de dados que vai de 1995 a 2013.

A busca por esse período tem como finalidade analisar os Governos de Fernando Henrique Cardoso; Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma V. Rousseff, respectivamente –. O programa estatístico STATA é utilizado como importante ferramenta metodológica neste estudo, onde auxilia no gerenciamento de dados.

4.2 Análise dos resultados

Os dados socioeconômicos dos chefes de domicílios descritos no transcorrer deste estudo, fazem alusão a uma análise quantitativa de todo o território brasileiro durante os anos de 1995 a 2013, objetivando expor a cerca de tópicos importantes para melhor compreensão da pobreza como: características dos indivíduos; mercado de trabalho; condições de moradia e consumo das famílias.

Para todos os casos, os indivíduos denominados como chefes de domicílios portam de uma renda proveniente do trabalho principal que varia entre R\$ 1.467,00 e R\$ 6.323,00. Por

esta razão, estão inseridos na Classe Média – Classe C –, conforme definido por Neri (2010)²⁹.

A Tabela 4.1 mostra as características dos indivíduos (idade, sexo, raça, escolaridade e anos de estudo) como ponto de partida para análise dos dados.

Tabela 4.1 - Dados socioeconômicos relativo às características dos Chefes de domicílio da Classe Média brasileira (1995 a 2013)

| Classe C | | | | | | |
|---------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | 1995 | 2002 | 2003 | 2009 | 2011 | 2013 |
| Idade (média) | 42 | 43 | 43 | 43 | 43 | 43 |
| Sexo (%) | | | | | | |
| Feminino | 8,04 | 13,45 | 13,35 | 18,89 | 19,18 | 19,97 |
| Masculino | 91,96 | 86,55 | 86,65 | 81,11 | 80,82 | 80,03 |
| Raça (%) | | | | | | |
| Branco | 81,32 | 76,49 | 75,72 | 64,34 | 59,72 | 55,37 |
| Negros (pretos e pardos) | 18,68 | 23,51 | 24,28 | 35,66 | 40,28 | 44,63 |
| Escolaridade (média) | 12 | 12 | 12 | 12 | 11 | 11 |
| Anos de Estudos (%) | | | | | | |
| Sem Instrução ou menos de 1 ano | 0,95 | 0,88 | 0,95 | 1,43 | 3,04 | 2,62 |
| 1 a 3 anos | 3,09 | 2,27 | 2,57 | 2,71 | 2,57 | 3,04 |
| 4 a 7 anos | 12,33 | 10,24 | 10,91 | 11,76 | 12,35 | 14,2 |
| 8 a 10 anos | 9,34 | 9,01 | 10,11 | 10,83 | 12,49 | 13,5 |
| 11 a 14 anos | 29,69 | 36,78 | 37,17 | 42,45 | 43,01 | 42,4 |
| 15 anos ou mais | 44,61 | 40,85 | 38,29 | 30,84 | 26,55 | 24,24 |

Elaboração própria

Fonte: Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios (PNAD)

De acordo com os dados descritos na Tabela 4.1, os chefes de domicílios apresentam idade média de aproximadamente 43 anos ao longo da série – 1995 a 2013, e mesmo prevalecendo os homens como chefes de seus respectivos domicílios, houve queda de 12,97% para os mesmos, por outro lado, um crescimento de 148% para as mulheres quanto a esta posição no mercado.

²⁹ Segundo o autor, esse intervalo na renda proveniente do trabalho principal dos indivíduos da Classe Média no Brasil, se considerado o salário mínimo de R\$ 788,00 (agosto de 2015), ficaria entre 1,86 a 8,02 (salários mínimos).

Dando continuidade, é possível identificar uma redução de 32% dos indivíduos considerados brancos na Classe Média, em contrapartida um aumento de 139% dos Negros (pretos e pardos) inseridos neste estrato econômico. Contudo, os índices de escolaridade média e anos de estudo dos indivíduos ainda permanecem muito baixos, principalmente no que se refere aos indivíduos que possuem 15 anos ou mais de estudo, por apresentar uma trajetória descendente em torno de 46% ao longo dos anos. No lado diametralmente oposto, também é possível verificar que os indivíduos que apresentam de 11 a 14 anos de estudo obtiveram um crescimento de aproximadamente 43% entre os anos de 1995 a 2013.

Levando em consideração as múltiplas dimensões que afligem a pobreza, a educação concentra um fator de grande importância para o crescimento e desenvolvimento das condições sociais e econômicas. Por esta razão, uma queda na participação dos indivíduos no ensino superior do país tende reduzir a possibilidade de mudança de classe social na sua forma estrutural.

Diante das perspectivas de escolaridade apresentadas acima, os indivíduos tendem a perder espaço no mercado de trabalho, resultando em uma renda incerta que muitas vezes proporciona somente o necessário para sobreviver, impossibilitando-os de obter bens de consumo duráveis em demasia.

A Tabela 4.2 expõe informações à cerca do mercado de trabalhos e condições de ocupação dos chefes de domicílios inseridos na Classe C.

Tabela 4.2 - Características do mercado de trabalho na Classe Média – Brasil (1995 a 2013)

| | Classe C | | | | | |
|---|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| | 1995 | 2002 | 2003 | 2009 | 2011 | 2013 |
| Horas trabalhadas por semana | 46 | 45 | 45 | 44 | 43 | 43 |
| Média da renda (R\$) | 2.466,42 | 2.626,29 | 2.613,46 | 2.660,57 | 2.619,72 | 2.667,92 |
| Posição na ocupação (%) | | | | | | |
| Empregado com carteira assinada | 30,16 | 29,15 | 29,5 | 34,04 | 37,42 | 41,06 |
| Empregado sem carteira assinada | 4,17 | 7,91 | 6,92 | 7,4 | 8,13 | 8,27 |
| Trabalho doméstico com carteira assinada | 0,02 | - | 0,03 | 0,11 | 0,2 | 0,37 |
| Trabalho doméstico sem carteira assinada | 0,02 | 0,01 | 0,02 | 0,04 | 0,22 | 0,43 |
| Conta própria | 21,8 | 21,72 | 22,56 | 21,45 | 27,05 | 25,78 |
| Empregador | 29,89 | 24,45 | 23,3 | 17,71 | 10,93 | 9,88 |
| Outros | 13,92 | 16,76 | 17,66 | 19,26 | 16,05 | 14,21 |
| Setor de atividade do (%) | | | | | | |
| Agricultura | 5,31 | 5,03 | 5,41 | 5,63 | 5,74 | 5,76 |
| Indústria | 19,36 | 15,36 | 15,98 | 15,9 | 14,49 | 14,57 |
| Construção civil | 3,2 | 4,41 | 3,55 | 6,01 | 8,63 | 11,14 |
| Comércio | 16,32 | 19,94 | 19,86 | 18,69 | 18,17 | 17,65 |
| Alojamento e alimentação | 7,27 | 2,28 | 2,1 | 2,43 | 3,49 | 3,36 |
| Transporte, armazenagem e comunicação | 12,55 | 7,42 | 7,87 | 7,93 | 9,16 | 9,92 |
| Administração Pública | 6,84 | 14,36 | 14,27 | 14,52 | 12,25 | 11,07 |
| Saúde; educação e serviços sociais | 10,57 | 10,57 | 11,31 | 12,29 | 11,84 | 11,8 |
| Serviços domésticos | 10,51 | 0,01 | 0,05 | 0,15 | 0,43 | 0,81 |
| Outros serviços coletivos, sociais e pessoais | 8,07 | 3,39 | 3,01 | 3,75 | 3,5 | 3,45 |
| Outras atividades | - | 17,24 | 16,58 | 12,69 | 12,29 | 10,48 |

Elaboração própria

Fonte: Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios (PNAD)

Os chefes de domicílios descritos na Tabela 4.2, alcançaram uma renda média de R\$ 2.667,92 em 2013, o que equivale um aumento de aproximadamente 8,20%, no período

analisado. Quanto ao número de horas trabalhadas, ficaram em torno de 44,33h semanais. A participação destes indivíduos de acordo com sua posição de ocupação aumentou intensamente na condição de empregado sem carteira assinada³⁰ chegando a alcançar 98,32% a mais ao longo do tempo, seguido dos empregados com carteira assinada com 36,1% a mais.

No que se refere ao trabalho doméstico, é possível observar um aumento de 115% de trabalhadores sem carteira assinada, frente a um aumento de 85% dos empregados domésticos com carteira assinada. E no quesito conta própria foi possível verificar um aumento em torno de 18,30% no período analisado.

Quanto à ocupação dos indivíduos da Classe Média, observou-se que alguns setores sobressaíram diante dos outros, sendo eles: Construção civil com um aumento de 248,12%, seguido pela administração pública com 61,84% e comércio com 8,14%. No lado diametralmente oposto, constata-se que empregos na indústria apresentaram uma redução de aproximadamente 24,75%.

As condições precárias de trabalho em que os chefes de domicílio estão inseridos refletem nitidamente no modo de como estas pessoas vivem e conseqüentemente nas difíceis condições de habitação, conforme pode ser observado na Tabela a seguir.

³⁰ Trabalhadores sem carteira assinada são caracterizados por intensa insegurança nos seus direitos sociais. Pois, perdem os direitos concedidos pela Consolidação das Leis Trabalhista (CLT), as quais asseguram o direito de jornada de trabalho, férias, 13º salário, abono salarial além de outros fatores sociais como: aposentadoria, auxílios doença, entre outros.

Tabela 4.3 - Condições de moradia dos indivíduos da Classe Média no Brasil (1995-2013)

| | Classe C | | | | | |
|---|----------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | 1995 | 2002 | 2003 | 2009 | 2011 | 2013 |
| Providência da água canalizada (%) | | | | | | |
| Rede geral de distribuição | 93,87 | 92,69 | 91,87 | 90,39 | 90,68 | 90,40 |
| Poço ou nascente | 6,01 | 7,21 | 7,93 | 9,40 | 9,15 | 9,52 |
| Outras providências | 0,12 | 0,10 | 0,20 | 0,21 | 0,17 | 0,08 |
| No domicílio possui banheiro ou sanitário (%) | | | | | | |
| Sim | 99,85 | 99,89 | 99,91 | 99,85 | 99,68 | 99,66 |
| Não | 0,15 | 0,11 | 0,09 | 0,15 | 0,32 | 0,34 |
| Forma de escoadouro sanitário (%) | | | | | | |
| Rede coletora de esgoto ou pluvial | 62,66 | 62,31 | 60,87 | 60,16 | 60,33 | 64,41 |
| Fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial | 14,53 | 16,64 | 16,52 | 11,41 | 11,90 | 7,19 |
| Fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial | 12,94 | 11,80 | 11,72 | 13,04 | 15,26 | 13,40 |
| Fossa rudimentar | 8,68 | 8,43 | 9,86 | 14,07 | 11,39 | 13,75 |
| Outros | 1,19 | 0,83 | 1,02 | 1,32 | 1,13 | 1,24 |
| Destino do lixo domiciliar (%) | | | | | | |
| Coletado diretamente | 88,56 | 87,69 | 89,66 | 90,02 | 91,82 | 91,40 |
| Coletado indiretamente | 7,64 | 9,80 | 7,13 | 6,62 | 4,60 | 4,89 |
| Outras formas | 3,8 | 2,52 | 3,21 | 3,36 | 3,57 | 3,69 |

Elaboração própria

Fonte: Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios (PNAD)

De início destaca-se a providência da água canalizada, em que a rede geral de distribuição reduziu em aproximadamente 3,70% e em contrapartida, os poços ou nascentes aumentaram em 58%. Ou seja, a queda no abastecimento de água canalizada para os indivíduos da Classe Média acarretam no decréscimo da qualidade de vida pelo fato de em sua maioria não receberem o tratamento necessário da água para consumo.

Dando continuidade, a posse de banheiro ou sanitário nas casas dos chefes de domicílios também tem seu número reduzido nas residências, cerca de - 0,19%, diante a um aumento expressivo de 126,66% para os indivíduos que dizem não ter acesso diretamente no domicílio de banheiro ou sanitário ao longo dos anos – 1995 a 2013 –.

Como escoadouro sanitário é observado duas importantes formas de uso: a redução de fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial (50,5%) e aumento na demanda por fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial (3,5%).

Diante deste cenário, apesar do destino do lixo permanecer de forma relativamente regular, todos os fatores descritos anteriormente fazem transparecer uma situação de pobreza clara dentro da classe C, supostamente em ascensão por não levar em consideração fatores de ordem primordial para efetiva redução das disparidades econômicas e sociais. Ou seja, a Nova Classe Média está se concentrando em áreas em que o acesso a serviços básicos se apresenta fragilizado.

Contudo, o consumo dos chefes de domicílios da classe média não condiz com a queda da qualidade de vida dos mesmos, conforme pode ser observado a seguir.

Tabela 4.4 - Consumo das famílias por bens duráveis na Classe Média Brasil (1995 a 2013)

| Classe C | | | | | | |
|---------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Consumo das famílias (%) | 1995 | 2002 | 2003 | 2009 | 2011 | 2013 |
| Fogão duas ou mais bocas | 99,45 | 99,36 | 99,60 | 99,54 | 99,37 | 99,43 |
| Tv em cores | 97,79 | 98,68 | 99,01 | 99,14 | 99,04 | 98,84 |
| Geladeira (1 e 2 portas) | 99,03 | 99,28 | 99,28 | 99,16 | 99,12 | 99,3 |
| Máquina de lavar roupa | 74,90 | 75,68 | 75,56 | 74,67 | 76,73 | 79,41 |
| Rádio | 98,13 | 96,85 | 96,76 | 94,57 | 88,30 | 77,92 |
| Telefone | 79,49 | 83,66 | 88,07 | 96,36 | 97,70 | 98,50 |
| Celular | - | - | - | 70,87 | 94,02 | 75,77 |

Elaboração própria

Fonte: Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios (PNAD)

É possível verificar uma evolução ao longo dos anos no que se refere ao consumo das famílias brasileiras, especificamente para os chefes de domicílio da classe média – Classe C –. A partir da Tabela 4.4, constata-se os itens que passaram a ser cobiçados pela Classe C, a começar pela demanda por telefone (23,91%), seguido do celular (6,91%), máquina de lavar roupa (6,02%), televisão (1,07%) e geladeira (0,27%). Quanto ao consumo por rádio, houve uma considerável redução de aproximadamente 20%. Este fator dar-se a partir da substituição do rádio por aparelhos eletrônicos mais sofisticados, por exemplo, o celular.

O elevado consumo de bens duráveis por parte dos indivíduos da classe média, cuja situação financeira sinaliza ser instável, veste pelo aumento de empregados sem carteira assinada no período analisado, estruturado nas políticas públicas de facilitação de crédito, gerando endividamento e conseqüentemente inadimplência.

Segundo gerente financeiro do Serviço de Proteção ao Crédito Brasil, Flavio Borges (2013)³¹, o consumidor inadimplente está concentrado na classe C, onde através de uma pesquisa, detectaram que 47% dos devedores estão situados nessa classe social. Concluiu-se que esse cenário se deve principalmente pela desorganização financeira e pela falta de planejamento dos indivíduos situados nesse estrato social.

Se analisarmos sob a ótica da inadimplência segundo Serasa Experian, embora faça uso de uma metodologia diferente do atual estudo para classificação das classes sociais, fica bem claro o aumento do comprometimento da renda das classes sociais mais baixas.

Figura 2 - Comprometimento da renda segundo classe social no Brasil

| Classe | Até 10% da renda comprometida com dívidas | De 11% a 30% | De 31% a 50% | De 51% a 100% | De 101% a 200% | 201% ou mais |
|--------|---|--------------|--------------|---------------|----------------|--------------|
| A | 40,6% dos inadimplentes desta classe | 19,9% | 8,3% | 10,4% | 9,1% | 11,7% |
| B | 26,2% | 18,2% | 9,5% | 12% | 11% | 23,1% |
| C | 15,3% | 17,9% | 10,5% | 15,7% | 15% | 25,6% |
| D | 11,5% | 19,7% | 11,8% | 18,2% | 17% | 21,9% |

Classe A: renda mensal superior a R\$ 6.503; classe B: renda mensal entre R\$ 3.148 e R\$ 6.502; classe C: renda mensal entre R\$ 994 e R\$ 3.147; classe D: renda mensal entre R\$ 299 e R\$ 993

Fonte: Aiana Freitas (12/03/2014)

Disponível em: < <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/03/12/1-em-cada-4-consumidores-das-classes-b-e-c-deve-pelo-menos-o-dobro-da-renda.htm>> Acesso em: 15 de agosto de 2015.

È possível constatar a elevação no comprometimento da renda com dívidas em todas as classes sociais, exceto na classe mais alta, a classe A. Segundo os dados demonstrados na Figura 2, 15% dos indivíduos que situam na classe C, tem sua renda entre 101% a 200% comprometidas com endividamentos. Se somarmos da classe C e D, de acordo com o estudo exposto, aproximadamente 47,50% dos indivíduos apresentam que 201% ou mais de sua renda está comprometida com dívidas.

³¹ Disponível em:< <https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/noticia/268-classecliderainadimplencia>>. Acesso em: 15 de agosto de 2015.

Diante dessa perspectiva, fica claro que as a Nova Classe Média – composta basicamente por consumidores de baixa renda – porta de uma cultura de consumo exagerado e ineficiente para redução da pobreza.

Sendo que as implicações inevitáveis do consumismo, através da facilidade ao crédito, além das políticas públicas de transferências diretas de renda utilizadas em prol de reduzir a pobreza, acarretou em mudanças no comportamento dos indivíduos, que por muitas vezes se mostram mais acomodados, não se preocupando com o comprometimento da sua renda futura, e, por conseguinte reduzindo as chances de possíveis melhorias de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo faz referência à pobreza e as diversas necessidades dos indivíduos, mostrando uma trajetória de políticas públicas que foram adotadas ao longo do tempo – 1995 a 2013 – priorizando basicamente as transferências diretas de renda e a financeirização do consumo como solução para reduzir as privações sociais e econômicas no Brasil.

Os incentivos de consumo para população carente se propagaram principalmente a partir de 2004, quando houve a expansão do crédito em consignação, que facilitou ainda mais o acesso a bens em demasia pela população mais carente da sociedade.

Com a evolução dos programas sociais e a ampla facilidade para obtenção do crédito aos indivíduos de baixa renda, os hábitos de consumo da base da pirâmide social (classes D e E) sofreram intensa alteração, a qual provocou a ascensão de uma Nova Classe Média no mercado consumidor.

A Nova Classe Média possui características distintas da Classe Média tradicional, a primeira consiste basicamente no poder de consumo dos indivíduos de baixa renda e a segunda, esta estruturada por fatores socioeconômicos favoráveis as condições de vida das pessoas.

Neste sentido, o consumo passa a ter uma função primordial para sustentar este novo estrato econômico – classe C –. Diante disso, foi possível observar o crescimento da demanda por alguns bens de consumo destinados a Classe Média³² entre 1995 a 2013, tais como: telefone (23,91%), celular³³ (6,91%), máquina de lavar roupa (6,02%), televisão (1,07%) e geladeira (0,27%). Além do consumo destinado aos eletroeletrônicos e eletrodomésticos, o financiamento destinado a carros e imóveis também obtiveram crescimento considerável em todo país para todos os consumidores e classes. Em 2012, a compra de automóveis atingiu vendas de 2.851.540 milhões de unidades. Quanto ao setor imobiliário, houve crescimento nas vendas de 63% durante o período de 1995 a 2013.

No entanto, o consumo, as dívidas e inadimplência cresceram simultaneamente com a evolução da Classe Média. Apesar da sensação de bem estar trazida pelo poder de consumo aos indivíduos de baixa renda, o comprometimento da renda efetiva reduz as chances de amenizar a pobreza.

³² Dados obtidos a partir das estatísticas dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

³³ A evolução de consumo para celular foi de 2009 a 2013.

Para os chefes de domicílios da classe C³⁴, foi possível verificar uma escolaridade média de 11 anos – índice baixo para resultar em desenvolvimento no Brasil –.

Com relação às condições de trabalho da Classe Média⁴, é possível identificar um aumento de 98,32% no número de empregados sem carteira assinada, com ressalva as perdas de benefícios que o regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) proporciona ao trabalhador.

Quanto às precariedades nas condições de moradia, é possível verificar que houve a redução do uso da fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial em 50,5% e aumento na demanda por fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial (3,5%).

Diante desta perspectiva, é possível verificar que o aumento no consumo dos chefes de domicílios da classe média não resultou em melhorias nas condições de vida destes indivíduos. Com isso, este cenário de descontrole social e econômico é resultado da falta de investimentos por parte do Governo em fatores que só trarão retorno de médio a longo prazo, como por exemplo na educação.

O presente estudo conclui que as políticas de transferências e incentivos ao consumo não obtiveram resultados positivos quanto à melhoria nas condições de vida dos indivíduos inseridos na Classe Média brasileira.

É sugerido que a pobreza seja analisada sob uma ótica multidimensional e que as políticas públicas corroborem com melhorias na educação, saúde, emprego, moradia, etc. Desta forma, terão resultados positivos e condizentes ao que se espera de um país em desenvolvimento. Através deste trabalho espera-se contribuir com a literatura auxiliando estudos posteriores sobre o tema abordado.

^{34,4} Dados obtidos a partir das estatísticas dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (ANFAVEA). Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br/tabelas.html>>. Acesso em 01 de fevereiro de 2015.

ÁVILA, Milene P. **CONSUMO E POBREZA NO BRASIL: DÁ PRA PENSAR?** In: IV Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís-MA, 2009.

AZEVEDO, Marcelo R.; MARDEGAN Elyseu Jr. **O CONSUMIDOR DE BAIXA RENDA: ENTENDA A DINÂMICA DE CONSUMO DA NOVA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

AZEVEDO, Dorana C.; BURLANDY Luciene. **POLÍTICA DE COMBATE Á POBREZA NO BRASIL, CONCEPÇÕES E ESTRATÉGIAS.** Artigo publicado na Revista Katál. Florianópolis v. 13, n. 2, p. 201-209, jul./dez. 2010.

AZEVEDO Sérgio. **DESAFIOS DA HABITAÇÃO POPULAR NO BRASIL: POLÍTICAS RECENTES E TENDÊNCIAS.** Coleção Habitare - Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras - Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **RELATÓRIO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA.** Volume 13, Número 2. Brasília. Setembro/2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **RELATÓRIO DE INFLAÇÃO.** Volume 15, Número 1. Brasília. Março/2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **BOLETIM REGIONAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL.** Volume 5, Número 2. Brasília. Abril/2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **RELATÓRIO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA.** Base de dados dos anos 2006 a 2013. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em 15 de fevereiro de 2015.

BARTELT, Dawid D. **A “NOVA CLASSE MÉDIA” NO BRASIL COMO CONCEITO E PROJETO POLÍTICO.** 1º edição, Rio de Janeiro, 2013.

BATISTELLA, Camila. **CONSUMO E ENDIVIDAMENTO NA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI.** Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas. Brasília - DF, 2014.

COELHO, Maria F. P.; TAPAJÓS, Luziele M. S.; RODRIGUES, Mônica. **POLÍTICAS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO. SUPERAR A POBREZA E PROMOVER A INCLUSÃO.** Simpósio Internacional sobre Desenvolvimento Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO. Brasília, 2010.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMERCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **PERCENTUAL DE FAMÍLIAS COM CONTAS EM ATRASO FICA**

ESTÁVEL EM SETEMBRO DE 2014. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/>>. Acesso em: 18 de outubro de 2014.

CORRÊA, Lucilena F. C. **A POBREZA ESTRUTURAL DO NORDESTE METROPOLITANA:** Uma análise multidimensional das suas características. Tese de Doutorado em Economia. Recife: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)/ Departamento de Pós-Graduação em Economia, 2013.

COSTA, Rafael D. S. **ANÁLISE ECONÔMICA – FINANCEIRA DO MERCADO AUTOMOTIVO BRASILEIRO (2007 A 2011).** Trabalho de Conclusão de Curso em Administração. Universidade Estadual da Paraíba. Centro de Ciências Sociais e Aplicadas. Departamento de Administração e Economia. Campina Grande- PB, 2012.

CRESPO Antônio P. A.; GUROVITZ Elaine. **A POBREZA COMO UM FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL.** Editora: Fundação Getulio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. RAE-eletrônica, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002.

CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA (ABEP), 2014.

DANTAS Lúcio G; TUNES Elizabeth. **POLISSEMIA DO CONCEITO DE POBREZA E DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL.** VII Congresso Português de Sociologia. Universidade do Porto – Faculdade de Letras – Faculdade de Psicologia e Ciência da Educação. 19 a 22 de junho de 2012.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **A EVOLUÇÃO DO CRÉDITO NA ECONOMIA BRASILEIRA 2008-2013.** Nota Técnica. Número 135; Maio de 2014.

ESTADÃO. **BRASIL RICO, BRASIL POBRE.** 28 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://opiniaio.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-rico-brasil-pobre-imp-,952098>>. Acesso em: 10 de junho de 2015.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS (FEBRABAN). **PORTAL DE INFORMAÇÃO. MÓDULO I – CRÉDITO.** Disponível em: <<https://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/Dadosdosetor/modulo-dados-credito-internet.pdf>>. Acesso em 20 de março de 2015>.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO (FECOMÉRCIO-SP). **RADIOGRAFIA DO ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS NAS CAPITAIS BRASILEIRAS.** Editora Fischer 2. São Paulo, 2012.

FERREIRA, Hugo. **A INSUSTENTÁVEL LEVEZA DO TER: CONSUMISMO COMO EXTERNALIDADE NEGATIVA NO BRASIL PÓS-ABERTURA COMERCIAL (1990-2011).** Dissertação de Pós-Graduação em Economia - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

FREITAS Aiana. **1 EM CADA 4 INADIMPLENTES DA CLASSE C DEVE AO MENOS O DOBRO DE SUA RENDA.** Disponível em:

<<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/03/12/1-em-cada-4-consumidores-das-classes-b-e-c-deve-pelo-menos-o-dobro-da-renda.htm>>. Acesso em: 15 de agosto de 2015.

FURTADO, Clayton S. V. **CLASSIFICAÇÃO DOS POBRES: QUESTÕES, CONSTRUÇÃO E ANÁLISE**. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n 26, jan./abr. 2011, p. 306-330.

FUSTAINO, Joanna. **O CONSUMO DE CRÉDITO NO MERCADO DE BAIXA RENDA: Fatores contribuintes para o aumento das dívidas**. Tese de Mestrado em Administração - Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, 2009.

GONÇALVES Reinaldo. **BRASIL NEGATIVADO: EMPRESAS E FAMÍLIAS**. Artigo publicado na Revista de Conjuntura. Publicação do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal. Ano XIII, nº 50. Outubro de 2012/ Março de 2013.

INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE (IETS). Disponível em: <<http://www.iets.org.br/>>. Acesso em 12 de agosto de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **BRASIL EM SÍNTESE_ Habitação. Bens Duráveis**. Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/en/habitacao/bens-duraveis>>. Acesso em 24 de dezembro de 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **RENDA_ DESIGUALDADE_ COEFICIENTE DE GINI**. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **HABITAÇÃO_ DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES_ NÚMERO**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 08 de janeiro de 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) - NÚMERO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2015.

KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. **POBREZA NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

KERSTENETZKY C. L.; UCHÔA C.; SILVA N.V. **PADRÕES DE CONSUMO E ESTILOS DE VIDA DA “NOVA CLASSE MÉDIA”**. Artigo apresentado no 37º. Encontro Nacional da ANPOC, Águas de Lindóia, Setembro de 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS). **BOLSA FAMÍLIA PAGA R\$ 2,1 BILHÕES EM DEZEMBRO**. 16 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2013/dezembro/bolsa-familia-paga-r-2-1-bilhoes-em-dezembro>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2015.

MARANGONI, Nelsom; NERI, Marcelo. **A PIRÂMIDE MUDOU DE FORMA.** Revista da ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing). Volume 18. Ano 17. Edição n° 4. Julho/Agosto 2011.

MARINHO, E.; LINHARES, F.; CAMPELO, G. **OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIAS DE RENDA DO GOVERNO IMPACTAM A POBREZA NO BRASIL?** Artigo publicado na Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro v. 65 n. 3 / p. 267–288 Jul-Set 2011

MESQUITA, Camile S. **O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DE SEU IMPACTO E ALCANSE SOCIAL.** Tese de Mestrado em Política Social. Universidade de Brasília – Instituto de Ciências Humanas. Brasília, março de 2007.

MIOTTO, Ana P. **ANTECEDENTES E CONSEQUÊNCIAS DA GESTÃO DAS FINANÇAS DOMÉSTICAS: Uma investigação com consumidoras da classe C.** Tese Doutorado em Administração de Empresas _ Fundação Getúlio Vargas _ Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2013.

NARDI, Sérgio. **A NOVA ERA DO CONSUMO DE BAIXA RENDA: Consumidor, Mercados, Tendências e Crise Mundial.** Editora Novo Século, 2009.

NERI, Marcelo. **A NOVA CLASSE MÉDIA.** Rio de Janeiro: CPS / FGV, 2008.

NERI, Marcelo. **A PEQUENA GRANDE DÉCADA: CRISE, CENÁRIOS E A NOVA CLASSE MÉDIA.** Rio de Janeiro: CPS / FGV, 2010.

NISHI, Fin Lisandro. **COEFICIENTE DE GINI: uma medida de distribuição de renda.** Universidade do Estado de Santa Catarina. Escola Superior de Administração e Gerência – Departamento de Ciências Econômicas. Florianópolis – Santa Catarina, 2010.

O GLOBO. **BRASIL NÃO ESTÁ FAZENDO REFORMAS ESTRUTURAIS, DIZ DIRETORA DO FMI.** 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/brasil-nao-esta-fazendo-reformas-estruturais-diz-diretora-do-fmi-13422260>>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2015.

OMAR, Jabr H. D. **TAXA DE JUROS: COMPORTAMENTO, DETERMINAÇÃO E IMPLICAÇÕES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA.** Artigo publicado na Revista Contemporânea. Rio de Janeiro, v. 12, n 3, p. 463-490, set/dez. 2008.

PLANO CDE E BANKABLE FRONTIER ASSOCIATES. **GESTÃO FINANCEIRA ENTRE AS CLASSES DE BAIXA RENDA NO BRASIL: Abrangente, Diversificada, Engajada.** Maio 2012.

POCHMANN Márcio. **NOVA CLASSE MÉDIA? O Trabalho na base da pirâmide social brasileira.** Boitempo Editorial, 2012.

POCHMANN Márcio. **POBREZA E SUAS MANIFESTAÇÕES.** Instituto Humanitas Unisinos. 13 de Janeiro de 2011. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/39865-pobreza-e-suas-manifestacoes>>. Acesso em 09 de junho de 2015.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **DECRETO Nº 3.877, DE 24 DE JULHO DE 2001.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3877.htm>. Acesso em 07 de novembro de 2014.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **DECRETO Nº 6.135, DE 26 DE JUNHO DE 2001.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6135.htm#art14>. Acesso em 07 de novembro de 2014.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **DECRETO Nº 7.725, DE 21 DE MAIO DE 2012.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7725.htm>. Acesso em: 10 de maio de 2015.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm>. Acesso em 07 de novembro de 2014.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI Nº 11.977, DE 7 DE JULHO DE 2009.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm>. Acesso em: 11 de maio de 2015.

PREVIDÊNCIA ASSOSSIATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA BRASILEIRA (JUS BRASIL). **OS PERIGOS DA REDUÇÃO DE JUROS.** Notícias, 21 de junho de 2012. Disponível em: <<http://jusprev.jusbrasil.com.br/noticias/3158148/os-perigos-da-reducao-de-juros>>. Acesso em 19 de abril de 2015.

ROCHA, Sonia. **O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EVOLUÇÃO E EFEITOS SOBRE A POBREZA.** Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 20, n. 1 (41), p. 113- 139, abril 2011.

ROCHA, Sonia. Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? 3. Edição. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2006.

ROCKMANN, Roberto. **COMO A ASCESÃO DA CLASSE C CAUSOU UMA REVOLUÇÃO SOCIAL.** Revista Carta Capital. Publicação de 14 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/mais-admiradas/como-a-ascensao-da-classe-c-causou-uma-revolucao-social-2482.html>>. Acesso em 29 de março de 2015.

SANTOS, Angela M. M. M.; SOUZA, Adilson J.; COSTA, Cláudia S. **BENS DE CONSUMO: LINHA BRANCA.** 11/1995. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set206.pdf>. Acesso em: 04 de maio de 2015.

SANTOS, Thiago.; SOUZA, Maria J. B. **FATORES QUE INFLUENCIAM O ENVIDAMENTO DE CONSUMIDORES JOVENS.** Publicado na revista ALCANSE Eletrônica. Volume 21. n. 01. Janeiro/ Março 2014.

SCIRÉ, Cláudia D. O. **“FINANCEIRIZAÇÃO DA POBREZA”**: Crédito e endividamento no âmbito das práticas populares de consumo. São Paulo, 2009.

SEN, Amartya. **DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE**. São Paulo: Companhia das Letras 2000.

SERASA EXPERIAN. **ESTUDO INÉDITO DA SERASA EXPERIAN TRAÇA O MAPA DA INADIMPLÊNCIA NO BRASIL EM 2014**. Disponível em: <<http://www.serasaexperian.com.br/estudo-inadimplencia/>>. Acesso em: 04 de março de 2015.

SERASA EXPERIAN. **INDICADOR ECONÔMICO DE INADIMPLÊNCIA DO CONSUMIDOR**. Disponível em: <<http://noticias.serasaexperian.com.br/indicadores-economicos/inadimplencia-do-consumidor/>>. Acesso em: 03 de janeiro de 2015.

SILVA, Arthur S. P.; SCHERER, Clauber E. M.; PORSSE, Alexandre A. **A NOVA CLASSE C: Alterações de Consumo e seus Efeitos Regionais**. Curitiba: XVI Encontro de Economia da Região Sul – ANPEC SUL 2013. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/sul/2013/submissao/files_I/i3a531e9cc44cd876c0ee2a3e1908799a5.pdf>. Acesso em 10 de fevereiro de 2014.

SOUZA, Amaury; LAMOUNIER, Bolívar. **A CLASSE MÉDIA BRASILEIRA. Ambições, Valores e Projetos de Sociedade**. Editora: Campus/ Elsevier. Rio de Janeiro. Brasília, DF: CNI, 2010.

SOUZA, André P. **POR UMA POLÍTICA DE METAS DE REDUÇÃO DA POBREZA**. São Paulo em Perspectiva. 18(4): 20-27, 2004.

TORRES, Haroldo G.; BICHER, Renata M.; CARPIM, Thais P. **UMA POBREZA DIFERENTE? MUDANÇAS NO PADRÃO DE CONSUMO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA**. Novos Estudos. CEBRAP, v. 75, p. 173-184, Março-2006.

WERTHEIN, Jorge; NOLETO, Marlova J. **POBREZA E DESIGUALDADE NO BRASIL**. Traçando caminhos para a inclusão social. Edição da UNESCO no Brasil. 2003.

YACCOUB, Hilaine. **A CHAMADA “NOVA CLASSE MÉDIA”**. Cultura Material, Inclusão e Distinção Social. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 17, n. 36, p. 197-231, jul/dez. 2011.

YAZBEK, Maria C. **POBREZA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO E FORMAS DE SEU ENFRENTAMENTO**. Pesquisa de Pós-graduação em Serviço Social - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

ZOUAIN, Deborah M. ; BARONE, Francisco M. **EXCERTOS SOBRE POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO AO CRÉDITO COMO FERRAMENTA DE COMBATE À POBREZA E INCLUSÃO SOCIAL: o microcrédito na era FHC**. Small business através do panóptico. Rio de Janeiro, 41(2):369-80, Mar./Abr. 2007.